



Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento

REDSAN
PALOP

Rede Regional da Sociedade Civil
para a Segurança Alimentar nos PALOP

MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO EM REDES MULTI-TEMÁTICAS DA REDSAN-PALOP

Apoio:



A **ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento** é uma organização plural e independente, sem fins lucrativos, com sede em Coimbra, Portugal, e que tem os temas da Segurança Alimentar e Nutricional e Direito à Alimentação como prioridades da sua intervenção.

C O N T A C T O S

Quinta do Bispo, Bencanta, 3040-316 Coimbra, PORTUGAL
Telf: +351. 961585638 / E-mail: geral@actuar-acd.org / URL: www.actuar-acd.org

A **REDSAN-PALOP – Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional nos PALOP** é um espaço de articulação de organizações multi-temáticas da sociedade civil que trabalham em rede para fortalecer o diálogo com os Governos e organismos internacionais no sentido de influenciar a agenda política para a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação no espaço lusófono. A REDSAN foi formalmente lançada em 2007 e envolve organizações da sociedade civil de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Brasil, Portugal e Timor-Leste.

C O N T A C T O S

O Secretariado da REDSAN-PALOP funciona na ACTUAR
URL: www.redsan-cplp.org

Autoria: ACTUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento

Agradecimentos: A ACTUAR agradece o esforço e empenhamento de todos os parceiros que ao longo destes anos permitiram avançar com a mobilização social num processo de aprendizagem mútuo. Em particular, agradece a: ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, Angola (Sérgio Calundungo e Belarmino Jelembi), ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar de Moçambique (Filipe Pequenino e Saquina Mucavele), PONG's – Plataforma de ONG's de Cabo Verde (Avelino Bonifácio), RESCSAN-STP – Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional em São Tomé e Príncipe (Maria Odete Aguiar e Celso Garrido), RESSAN-GB – Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (Rui Ribeiro). Agradece ainda ao colaborador da ACTUAR (João Pinto) e aos parceiros do projecto IFSN – International Food Security Network (em particular Regina Domingues), pelo apoio e contributos para que esta mobilização fosse possível.

2012 ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento

Podem reproduzir-se secções deste documento para fins não comerciais sem autorização prévia desde que citada a fonte. Citação sugerida: ACTUAR (2012). *“Mobilização Social para a Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência de trabalho em redes multi-temáticas da REDSAN-PALOP”*. Coimbra: ACTUAR/REDSAN-PALOP.

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Apresentação..... | 4 |
| I. Estratégias Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional: situação a nível nacional e na CPLP | 5 |
| II. Mobilização Social a Nível Nacional | 12 |
| 2.1 Moçambique | 13 |
| 2.2 São Tomé e Príncipe | 17 |
| 2.3 Angola | 20 |
| 2.4 Guiné-Bissau | 21 |
| 2.5 Cabo Verde | 22 |
| 2.6 Brasil | 22 |
| 2.7 Portugal | 23 |
| 2.8 Timor-Leste | 25 |
| 2.9 Principais avances, problemas e desafios a nível nacional | 24 |
| III. Mobilização Social a Nivel Regional | 27 |
| 3.1 REDSAN-PALOP – Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional nos PALOP | 28 |
| 3.2 A Estratégia Regional de SAN da CPLP e o alargamento da REDSAN-PALOP | 27 |
| IV. Lições aprendidas | 35 |
| Refêrencias..... | 38 |

Esta publicação sistematiza o processo de construção da Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional nos PALOP (REDSAN-PALOP). Lançada formalmente em 2007, esta rede tem vindo progressivamente a tornar-se um espaço de articulação e intervenção da sociedade civil a nível nacional, regional e global, dando voz a um conjunto de organizações que trabalham em rede com o intuito de fortalecer o diálogo com os governos e organismos internacionais no campo da segurança alimentar e nutricional (SAN), direito humano à alimentação e soberania alimentar. A REDSAN-PALOP envolve grupos de trabalho e redes de organizações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique¹ e tem sido impulsionada pela ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento, organização que assume também o seu secretariado. A REDSAN-PALOP encontra-se neste momento a trabalhar na inclusão das redes de Brasil, Portugal e Timor-Leste num processo que dará origem à REDSAN-CPLP.

Todos estes países integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organização fundada em 1996 e que aprovou, em 2011, a sua Estratégia para a Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP) no plano regional².

Desde o início do processo de mobilização em cada país procurou-se, na medida do possível e em função da realidade existente, estimular a construção progressiva de redes multi-temáticas da sociedade civil para a interlocução política com os governos no quadro das Estratégias Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. Este trabalho teve uma clara opção pela intersectorialidade no tratamento deste tema.

As redes nacionais parceiras da REDSAN-PALOP possuem históricos de mobilização autónomos e encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento e consolidação. Tanto a nível nacional como regional, tratam-se de processos longos fruto de aprendizagens colectivas, com avanços e retrocessos vários em função da capacidade técnica e (ou) financeira das organizações, ou ainda da maior ou menor abertura e (ou) interesse no diálogo político por parte dos governos. Isto leva a que, na maioria dos países, os processos de fortalecimento venham acompanhando a agenda política de SAN, em particular no que se refere à maior ou menor definição e implementação das suas estratégias nacionais e consequente operacionalização de mecanismos institucionais de diálogo e participação social.

A experiência de mobilização da REDSAN-PALOP constitui um exemplo e uma potencial contribuição para a reflexão sobre os desafios que se colocam à construção de mecanismos intersectoriais de intervenção social visando a construção de novas formas de governança da SAN ao nível nacional, regional e internacional.

¹ Em conjunto, estes são países são vulgarmente conhecidos pelo acrónimo PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

² Mais informações sobre a CPLP e a temática da SAN em <http://www.cplp.org/id-125.aspx>.

I. ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL A NÍVEL NACIONAL E NA CPLP

“A implementação das recomendações do Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação é uma responsabilidade de cada Estado, mediante a legislação nacional e a formulação de estratégias, políticas e programas com o objectivo de alcançar a segurança alimentar.”

In: Plano de Acção da CMA (Roma, 1996)

De um modo geral, os processos de formulação e implementação de programas e estratégias nacionais de SAN com apoio das organizações internacionais intensificaram-se consideravelmente a partir de meados da década de noventa, em decorrência das prioridades e compromissos assumidos pelos países no plano internacional. As conclusões das sucessivas Cimeiras Mundiais da Alimentação, a adopção dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), bem como outras iniciativas de carácter regional e global, contribuíram para acelerar essa tendência.

Na maior parte dos casos, os programas e estratégias nacionais de SAN contaram com o apoio técnico da FAO, em particular através do seu Programa Especial de Segurança Alimentar (PESA)³. Entre 1995 e 2008 a iniciativa PESA beneficiou 106 países, assumindo como objectivo central apoiar os países a alcançar o ODM 1. O enfoque inicial do PESA baseava-se em duas vertentes: por um lado, apoiar os países na formulação dos seus programas e estratégias nacionais e/ou regionais; por outro, aumentar a produção de alimentos através de intervenções piloto de pequena escala, simples e de baixo custo utilizando enfoques participativos.

Pretendeu-se que fossem os próprios governos a elaborar os seus programas e estratégias de SAN, estando a intervenção da FAO direccionada para: i) facilitar o processo de formulação e execução desses instrumentos políticos; ii) intervir como catalizador para obter compromissos políticos mais fortes; iii) proporcionar sinergias com doadores e prestar assistência técnica. Dado que estes programas foram desenvolvidos a nível nacional, o conteúdo, formato e enfoque adoptados (designadamente em termos legais, institucionais, políticas públicas, recursos humanos e financeiros) variou consoante os casos.

Desde a sua implementação em 1994, também o PESA evoluiu em termos do enfoque adoptado, passando de uma abordagem demasiado centrada na “produção” (aumento da disponibilidade de alimentos), para uma abordagem mais ampla, que incluiu uma visão da SAN multidimensional, intersectorial e multi-actor. Mais recentemente, verifica-se uma tendência para a incorporação crescente de princípios relacionados com o direito humano à alimentação.

A evolução desta abordagem e, conseqüentemente, dos objetivos visados, foi inspirada e apoiada também em experiências desenvolvidas por alguns países no final da década de noventa, sendo de salientar o Brasil com o Programa Fome Zero. Isto teve influência também na disponibilidade encontrada nos demais países de língua portuguesa, em particular os PALOP, para a formulação e/ou implementação dos seus programas e

³ O programa PESA foi lançado pela FAO em 1994 e adoptado na CMA de 1996. Para mais informações consulte www.spfs.org.

estratégias nacionais de SAN, os quais se inspiraram de alguma forma na experiência brasileira. É por isso que, embora em estágios diferenciados, todos os PALOP estão há alguns anos envolvidos em processos de formulação e/ou implementação de programas e estratégias nacionais de SAN com algumas características comuns em termos de enfoque e institucionalidade⁴.

Estes programas foram acompanhados, por exemplo, da proposição e/ou institucionalização de diferentes tipos de estruturas de governança com o intuito de promover a articulação entre governo e os diferentes actores – incluindo sociedade civil, agências internacionais e, nalguns casos, sector privado – na formulação e implementação das políticas públicas.

Este processo desenvolveu-se (e ainda se desenvolve) de forma gradual e nele teve particular importância a aprendizagem decorrente de um intercâmbio e uma “fertilização cruzada” facilitados pela existência de uma cultura e de uma língua comuns, tanto ao nível dos governos quanto da sociedade civil, ou ainda dos consultores e técnicos da FAO envolvidos no apoio a estes países. Vejamos inicialmente a evolução da situação em cada um dos países.

O **Brasil** possui uma considerável experiência no campo das políticas de SAN e foi o país onde maiores inovações institucionais foram implementadas e partilhadas com os demais países. A primeira vitória eleitoral do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, abriu caminho ao desenvolvimento de um ambicioso programa de luta contra a fome fortemente inspirado em anteriores reivindicações dos movimentos sociais, assim como também a uma maior abertura e investimento nas relações de cooperação com África.

O seu Programa Fome Zero⁵, hoje coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), consiste em mais de trinta programas complementares focalizando as diferentes dimensões da SAN. Em termos institucionais, a Lei Orgânica de SAN (LOSAN - Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006)⁶ estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formula e implementa políticas nesta matéria. O SISAN é composto pela Conferência Nacional de SAN (CNSAN), pelo Conselho Nacional de SAN (CONSEA) e pela Câmara Interministerial de SAN (CISAN). O CONSEA é uma estrutura de governança ligada à Presidência da República onde, através da participação social e de uma abordagem intersectorial, se materializa o seu carácter consultivo no que respeita à formulação de políticas e à definição de orientações em matéria de SAN para o país⁷. O país pretende replicar esta estrutura a nível descentralizado (Estados e Municípios), sendo este um dos maiores desafios para a consolidação desta institucionalidade inovadora. Em 2011 o Brasil aprovou o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2011-2015).

Em termos gerais, pode dizer-se que a experiência do Brasil demonstrou que o combate às causas estruturais da fome e da pobreza implica uma clara prioridade política para esta temática, acompanhada de uma efectiva participação social na formulação, implementação e monitoramento das acções, bem como na construção de uma abordagem intersectorial

⁴ Os documentos das estratégias e programas nacionais estão disponíveis na base de dados sobre políticas da FAO em www.fao.org/righttofood/inaction/ajustice_strategylist_en.htm.

⁵ Para informações detalhadas sobre o Programa Fome Zero consulte www.fomezero.gov.br.

⁶ Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm.

⁷ Para informações detalhadas sobre o CONSEA e suas actividades consulte www4.planalto.gov.br/consea.

para a SAN. Esta estratégia tem-se assumido como um ponto central do processo de desenvolvimento nacional.

Foi no Brasil que a FAO e o PESA encontraram elementos metodológicos e experiências (por tentativa e erro) que rapidamente foram incorporados nas suas práticas em outras regiões do mundo. Também a cooperação bilateral brasileira e os intercâmbios promovidos por organizações da sociedade civil brasileira com organizações africanas disseminaram alguns destes princípios. Neste processo de “fertilização cruzada”⁸, Moçambique terá sido o primeiro país africano da CPLP onde, face às condições sociais e políticas existentes, se criou um ambiente institucional mais propício para a construção de um movimento semelhante ao do Brasil, em solo africano.

Moçambique aprovou em 1998 a sua Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) e o seu correspondente Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN). Essa estratégia foi revista no ano 2007 dando lugar à ESAN II para o período 2008-2015. A estrutura de governança criada para apoiar a implementação da ESAN e a coordenação de outras iniciativas no campo da SAN foi o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN)⁹. Trata-se de um órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, mas que congrega diferentes representantes dos sectores do governo, sociedade civil e organismos internacionais. Os seus membros são chamados a participar nas reuniões do SETSAN para discutir os progressos ou ajustes na implementação da política nacional de SAN. Para além do diálogo político com participação social, esta estrutura desempenha também um papel técnico através da intervenção de grupos de trabalho temáticos. O SETSAN possui uma intervenção descentralizada através da criação de estruturas ao nível das províncias (SETSAN-Regionais). Moçambique encontra-se neste momento a formular uma Lei do Direito à Alimentação e a rever o quadro institucional existente. Na data de elaboração deste trabalho, previa-se que a coordenação institucional pudesse passar a ser efectuada a partir de um nível hierárquico superior na estrutura do Estado, acompanhada do reforço da autonomia institucional e financeira dos órgãos existentes.

Em **Cabo Verde** a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) e o seu correspondente Plano Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) para o período 2003-2015, foram aprovados em 2004. Em 2006 foi efectuada uma revisão do PNSA para o período 2007-2011, a qual estabeleceu as bases para a criação de dois mecanismos intersectoriais para implementar a política: i) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CNSA); e a Rede Nacional de Segurança Alimentar (RNSA). Apesar de contemplados na ENSA, nenhum dos mecanismos entrou ainda em funções. Isto se explica, em parte, pela pouca prioridade política dada a esta questão, pelas descontinuidades geradas nos processos de mudança de governos e (ou) técnicos responsáveis pela área, e também à limitação de recursos. Não obstante, em 2011 o governo avançou com a definição do Programa Nacional de Investimento Agrícola no quadro do programa CAADP (*The Comprehensive Africa Agriculture Development Programme*), onde pretende incluir a ENSA. Tem também demonstrado abertura para avançar com a institucionalização efectiva dos mecanismos de coordenação contemplados no PNSA, assim como rever a sua estratégia.

⁸ Podemos referir os intercâmbios promovidos por órgãos do governo brasileiro, FAO e organizações não-governamentais, assim como por técnicos que individualmente contactaram com actores em outros países. Será de salientar o trabalho desenvolvido por Adriana Aranha, Alberta Mascaretti, Flávio Valente, Renato Maluf e Francisco Sarmento, entre muitos outros.

⁹ Para saber mais sobre o SETSAN consulte www.setsan.org.mz.

Em **Angola**, na sequência da acção da sociedade civil nacional e também dos vários intercâmbios realizados, designadamente com Moçambique e Brasil, o governo avançou com a formulação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN), a qual foi aprovada pelo Conselho de Ministros em 2009. Esta estratégia foi formulada com o apoio da FAO e contou com a participação de dez ministérios em representação de diferentes sectores do governo, bem como da sociedade civil. Em termos institucionais, este instrumento definiu as bases para a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) como órgão máximo de diálogo e negociação política. Contudo, em 2010, o governo decidiu avançar com a formulação do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PIDRCP), sob a alçada da Presidência da República, através do qual pretende harmonizar um conjunto de instrumentos no domínio do combate à pobreza, do desenvolvimento rural e da SAN. A ENSAN será assim implementada no âmbito deste instrumento. Esta decisão levou o governo a abdicar do CONSAN, propondo em alternativa a constituição do Conselho Nacional de Luta Contra a Pobreza (CNLP). Prevê-se que este órgão constitua o espaço de diálogo entre os diferentes actores, incluindo a sociedade civil.

Em **São Tomé e Príncipe**, desde 2007 que o governo vem procurando formular uma estratégia nacional de SAN. Nessa altura a FAO iniciou o apoio à formulação da política através do Ministério da Economia, nesse momento a instância ministerial que tutelava a agricultura. Devido a constrangimentos vários – designadamente instabilidade política com constantes reformulações ministeriais e falta de recursos a todos os níveis – não foi possível avançar com esse processo. Actualmente, a responsabilidade institucional pela temática da SAN está sob a alçada do Ministério do Plano e Desenvolvimento, após um breve período em que o sector da agricultura contou com ministério próprio (Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural). Embora o país não tenha uma estratégia específica no campo da SAN, dispõe de vários instrumentos onde esse tema é tratado. Em termos de políticas, o país concede uma prioridade muito significativa ao desenvolvimento do sector agrícola como base para a promoção da SAN. Exemplo disso é a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP), a Carta Actualizada da Política Agrícola, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (CAPADRP), aprovada em 2006, e o Plano Nacional de Investimento Agrícola, formulado no quadro da CAADP. Em 2011, novamente com apoio da FAO, o governo finalmente reuniu as condições para formular o seu Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) que se prevê seja aprovado em 2012.

Também na **Guiné-Bissau** a promoção da SAN figura como objectivo estratégico nos principais instrumentos de desenvolvimento do país, designadamente na Carta de Política de Desenvolvimento Agrícola e na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Em 2007 o governo concluiu a formulação do Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA). Contudo, esse instrumento não chegou a ser aprovado pelo Conselho de Ministros, razão pela qual não entrou na fase de implementação, prevista para o período 2008-2013. Isto deveu-se, em parte, à instabilidade política que tem assolado o país, mas também a diversos constrangimentos, tais como ausência de coordenação e insuficiência de recursos a todos os níveis. Em termos institucionais, o PNSA previa a instalação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar com carácter interministerial e também uma Unidade de Coordenação Técnica multidisciplinar. Contudo, nenhuma destas estruturas foi implementada e por isso o governo não dispõe actualmente de uma estrutura técnica específica para a temática da SAN. Os recursos financeiros, humanos e técnicos disponíveis no Ministério da Agricultura – sector com maior intervenção neste domínio – são limitados. Em 2011 o governo avançou com a definição do Plano Nacional de Investimento Agrícola no quadro da CAADP onde se

prevê a inclusão do PNSA. Este instrumento constitui actualmente a principal prioridade do governo em termos de políticas no campo da agricultura e SAN. Em linha com as orientações da CAADP e NEPAD, o governo pretende com este instrumento alcançar um maior nível de crescimento económico com base no desenvolvimento da agricultura (embora com grande foco na exportação), reduzir a pobreza e promover a segurança alimentar. A gestão sustentável das terras e recursos hídricos, a melhoria das infra-estruturas rurais e de comercialização, o acesso ao mercado e o aumento da disponibilidade de alimentos são os principais vectores deste programa.

Em **Timor-Leste** a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) foi aprovada em 2005. A PNSA reconhece o direito à alimentação e afirma a SAN como questão intersectorial. Em termos de conteúdo estratégico são definidos os seguintes eixos fundamentais: i) Promoção da produção agrícola e alimentar; ii) Promoção de serviços de apoio à agricultura e infraestruturas; iii) Medidas complementares noutros sectores, tais como pescas e emprego; iv) Melhorar informações sobre a segurança alimentar; v) Redes protectoras para os grupos vulneráveis; vi) Melhoria da utilização de alimentos e da nutrição. Contudo, esta política tem encontrado dificuldades e atrasos na sua implementação devido à falta de recursos financeiros e à limitação de recursos humanos e capacidades a nível nacional. Em termos institucionais, criou-se o Comité Nacional de Segurança Alimentar (CNSAN-TL), o qual congrega vários sectores de governo e parceiros de desenvolvimento para discutir e acompanhar a implementação da política. O governo encontra-se neste momento em fase de revisão dos estatutos do CNSAN-TL através do qual se prevê a inclusão da sociedade civil.

Em **Portugal**, a SAN encontra-se dispersa por diferentes sectores de governo, designadamente através de programas para a agricultura, medidas de protecção social e planos específicos da saúde. Os impactos da crise financeira e alimentar global fizeram emergir o desemprego e cada vez mais situações de pobreza com implicações nos modos de vida das famílias. Neste momento discute-se o facto de o país ser o único que não possui uma estratégia de SAN. Em função das políticas da União Europeia implementadas nas últimas décadas, a dimensão da segurança dos alimentos (*food safety*) assumiu um destaque importante, em detrimento das demais componentes da segurança alimentar e nutricional. Portugal é o único país da CPLP que não avançou com a formulação de uma estratégia nacional de SAN. No quadro da estratégia da CPLP, Portugal assume, tal como o Brasil, sobretudo um papel de país que poderá apoiar os demais membros da Comunidade. Por esse motivo é importante mencionar que a política de cooperação portuguesa contempla o tema da SAN e da luta contra a fome no quadro dos ODM e da cooperação Norte-Sul.

Para além dos processos em curso a nível nacional, cabe sublinhar também o avanço político em matéria de SAN a nível regional, designadamente no quadro da **CPLP**. A reunião de Ministros de Agricultura da CPLP por várias vezes havia abordado a necessidade de desenvolver planos estratégicos comuns nesta área. Em 2011, a CPLP decidiu avançar com a formulação da sua Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP), no quadro do acordo existente com a FAO. O objectivo central desta estratégia é reforçar a coordenação entre os Estados-membros e a governança das suas políticas e programas sectoriais com impacto na SAN. Destaque-se que esta estratégia se baseia no enfoque do direito à alimentação e dá primazia ao reforço dos mecanismos de governança para a SAN e ao apoio aos pequenos produtores agrícolas. A estratégia foi elaborada tendo em atenção algumas lições aprendidas no âmbito das discussões e do processo de reforma do Comité Mundial de Segurança Alimentar das Nações Unidas (CFS)¹⁰, procurando construir também

¹⁰ Para saber mais sobre o CFS consulte www.fao.org/cfs/en.

uma institucionalidade que reforce os quadros institucionais existentes em cada país. A estratégia regional foi formalmente aprovada pelo Conselho de Ministros da CPLP em Outubro de 2011 e apresentada na 37ª sessão do CFS, realizada em Roma nesse ano. Nesse momento a CPLP obteve também o estatuto de observador no CFS. Espera-se que a estratégia seja ratificada pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que decorrerá em Maputo em Julho de 2012.

Para concluir esta breve apresentação, pode dizer-se que todos os países de língua portuguesa, face à maior facilidade de promoverem intercâmbios entre os vários actores relevantes e face também ao apoio técnico da FAO, avançaram na ultima década com a definição e implementação de estratégias e programas nacionais de SAN que, claramente, promovem uma maior participação social e uma crescente abordagem intersectorial. Também a CPLP desenvolveu uma estratégia regional que procura contribuir para o reforço das estratégias nacionais, bem como desenvolver um quadro institucional coerente para melhoria da governança da SAN nos vários níveis territoriais da Comunidade.

Em todos os casos, estes processos foram acompanhados de tentativas de adopção de quadros institucionais e órgãos de governança próprios que favorecem e estimulam a potencial participação da sociedade civil para discussão de temas diversos inerentes à SAN. Contudo, até ao momento, apenas no Brasil (através do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA) e Moçambique (Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional – SETSAN) se verifica uma efectiva participação da sociedade civil nos órgãos de governança. Nestes países, as redes nacionais da sociedade civil têm participado de forma activa. Os demais países têm dado sinais de avançar nesta matéria, como fica explícito pela proposta de criação de órgãos de governança específicos para a SAN no quadro das estratégias nacionais. Tais processos ainda não estão institucionalizados, o que limita uma participação directa e efectiva. Nestes casos, embora as redes nacionais não tomem parte nos órgãos de governança (dado ainda não estarem em funcionamento), elas são convidadas a participar em momentos pontuais das políticas sob demanda dos governos (formulação, revisão, discussões temáticas). No quadro da CPLP, espera-se que em 2012 entrem em funcionamento o Conselho Regional de SAN e o Secretariado Técnico de SAN, nos quais se prevê a participação da sociedade civil organizada, designadamente através das redes multi-temáticas e de outros actores relevantes.

O Quadro 1 sintetiza a informação anteriormente apresentada.

Quadro 1 – Situação das políticas, mecanismos de governança e mobilização social para a SAN nos países de língua portuguesa

| | Instrumento de Política | Data de Aprovação | Mecanismo de Governança | Vinculação institucional | Avanços no Direito à Alimentação | Rede da Sociedade Civil |
|----------------------------|---|---|--|--|---|---|
| Angola | Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) | 2009 | Actualmente: Gabinete de Segurança Alimentar (GSA) Previsto: Conselho Nacional de SAN (CONSAN) | Sectorial (Agricultura) Prevê-se passagem para nível supra-ministerial (Presidência da República) | - Consagrado na ENSAN; - Reconhecimento implícito na Constituição; | Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional |
| Cabo Verde | Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) | 2004 | Actualmente: Direcção de Serviços de Segurança Alimentar (DSSA) Previsto: Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) | Sectorial (Agricultura) | - Consagrado na ENSA; - Reconhecimento implícito na Constituição; | Plataforma das ONGs de Cabo Verde (PONG's) |
| Moçambique | Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) | 1998 2007 (revisão) | Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) | Sectorial (Agricultura) | - Consagrado na ESAN; - Reconhecimento implícito na Constituição; - Lei do Direito à Alimentação em formulação; | Rede de Organizações pela Soberania Alimentar (ROSA) |
| Guiné-Bissau | Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) | Início da formulação em 2002 (ainda não aprovado) | Actualmente: Gabinete de Políticas Agrárias do Ministério da Agricultura Previsto: Conselho Nacional de SAN (CONSAN) | Sectorial (Agricultura) | - Não consagrado no PNSA; - Reconhecimento implícito na Constituição; | Rede para a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (RESSAN-GB) |
| São Tomé e Príncipe | Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional | Início da formulação em 2011 | <i>Em discussão</i> | Sectorial (Ministério do Plano e Desenvolvimento, tutela Agricultura) | - Reconhecimento implícito na Constituição; | Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (RESCSAN-STP) |
| Timor-Leste | Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) | 2005 | Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CNSATL) | Sectorial (Agricultura) | - Consagrado na PNSA; - Reconhecimento implícito na Constituição; | FONG-TIL – Federação das ONGs de Timor-Leste |
| Brasil | Programa Fome Zero LOSAN Plano Nacional de SAN | 2003 2006 2011 | Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) | Supra-ministerial (Presidência da República) | - Consagrado na LOSAN - Reconhecimento explícito na Constituição; | Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) |
| Portugal | Visão Estratégica da Cooperação Portuguesa | 2009 | --- | Sectorial (Ministério dos Negócios Estrangeiros) | - Não consagrado na Visão Estratégica; - Reconhecimento implícito na Constituição; | Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Realimentar) |
| Nível Regional CPLP | Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) | Aprovada em 2011 | Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP | Prevê-se que seja a Conferência de Chefes de Estado e de Governo | - ESAN-CPLP desenhada também sob a perspectiva do Direito à Alimentação; | Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar nos PALOP (REDSAN-PALOP) |

II. MOBILIZAÇÃO SOCIAL A NÍVEL NACIONAL

No caso dos PALOP, como em outros países, a formulação das políticas nacionais de SAN e a correspondente construção da governança tem aberto espaço para a participação da sociedade civil. Estes processos têm sido acompanhados pelo fortalecimento de redes multi-temáticas da sociedade civil para a SAN, processo determinado internamente pelas organizações de cada país, mas que também beneficiou de intercâmbios formais e informais entre organizações da sociedade civil dos vários países. Na maior parte dos casos, os processos de intercâmbio e construção de redes nestes países beneficiou do apoio do projecto IFSN – “International Food Security Network”, co-financiado pela Comissão Europeia e implementado pela ActionAid International¹¹.

Tal como a nível dos governos, também no quadro da sociedade civil os processos de mobilização e organização diferem de país para país, em intensidade e histórico de mobilização. Em termos organizacionais, os processos para chegar a esse nível de mobilização foram mais ou menos longos, dependendo da realidade própria de cada país. Existe, contudo, a consciência de que a existência de uma articulação em redes multi-temáticas reforça a capacidade de intervenção da sociedade civil nos vários domínios da SAN e permite maior demanda sobre o governo nesse sentido.

Em termos gerais, pode dizer-se que o processo tem vários níveis de consolidação ao longo do tempo, desde a existência de uma organização que desencadeia normalmente o esforço de articulação informal inicial, mobilizando outras organizações para trabalharem em conjunto; à existência de grupos de trabalho multi-temáticos com maior grau de interação e desenvolvendo já acções conjuntas; e finalmente de redes com uma institucionalidade e uma estrutura administrativa próprias. Nos casos de Brasil, Moçambique e São Tomé e Príncipe as redes nacionais da sociedade civil para a SAN estão mais consolidadas e por isso serão objecto de maior destaque nas secções seguintes.

2.1 ROSA - Rede da Sociedade Civil pela Soberania Alimentar em Moçambique

A mobilização social em Moçambique em torno das temáticas da soberania e segurança alimentar e direito à alimentação tem vindo progressivamente a tornar-se mais consistente e reconhecida ao longo da última década. O trabalho desenvolvido pela Rede da Sociedade Civil pela Soberania Alimentar de Moçambique (ROSA)¹² contribuiu para esse processo. Hoje, apesar de dificuldades várias, a ROSA constitui um importante pólo aglutinador da sociedade civil para essas temáticas e um dos principais interlocutores junto do governo. A ROSA nasceu no ano 2003 no contexto da discussão pública sobre o tema da “Biotecnologia e Segurança Alimentar”. Os seus propósitos iniciais foram melhorar a coordenação e a actuação das organizações face à problemática da introdução dos Organismos

¹¹ O projecto IFSN mobiliza hoje mais de 1400 organizações locais e nacionais da sociedade civil, com o principal objectivo de criar e reforçar redes nacionais para a segurança alimentar no sentido de influenciarem a nível nacional, regional e internacional a implementação do direito humano à alimentação nos países do Sul. O IFSN engloba mais de 30 países das regiões da África Ocidental, do Sul e Oriental; América Central e do Sul; Sul e Sudeste da Ásia e Europa. Para saber mais consulte www.ifsnet.org.

¹² Para saber mais informações sobre a ROSA e suas actividades consulte www.rosa.org.mz.

Geneticamente Modificados (OGM) e, de um modo mais amplo, intervir na discussão das políticas e iniciativas no campo da agricultura e da segurança alimentar.

No seguimento, estabeleceu-se um grupo de coordenação e acordou-se uma base de entendimento para a intervenção da rede. Estes princípios foram plasmados num regulamento no qual se definem os objectivos, missão, estrutura, mecanismos de governança e funcionamento da ROSA. Desde então, o processo de construção e fortalecimento da ROSA foi mais rápido, em parte graças ao apoio recebido de algumas organizações internacionais, entre as quais e a mais importante, o projecto IFSN. Este projecto permitiu à ROSA dispor de meios para ter um coordenador a tempo parcial, custear encargos básicos com a facilitação da rede e participar em intercâmbios com outras redes e organizações, tanto no espaço da CPLP como noutros países.



Parceiros da REDSAN-PALOP trocam experiências e definem estratégias com FAO e CPLP no seminário sobre género e acesso a recursos naturais em Lisboa em 2010.

Hoje a ROSA é constituída por 35 membros e a sua missão coloca o foco na questão da soberania alimentar, assumindo como principais objectivos alcançar uma intervenção coordenada entre os seus membros, facilitar a troca de informação e experiências e promover acções de advocacia e diálogo político. A ROSA tem âmbito nacional e possui pontos focais em todas as províncias do país. Em termos de estrutura a ROSA é constituída por um Grupo de Coordenação, Membros Ordinários e um Secretariado.

O grupo de coordenação, actualmente constituído por 11 elementos (Ver Box 1), tem como principais tarefas elaborar e aprovar o plano de actividades e orçamento; aprovar os relatórios; implementar o plano de acção aprovado; acompanhar e monitorar as actividades da rede; representar a ROSA por delegação em eventos para os quais esta seja solicitada; propor iniciativas para dinamização da ROSA com intuito de melhor alcançar os seus objectivos; aprovar a entrada e saída de membros ordinários e para o Grupo de Coordenação.

Os membros ordinários, actualmente mais de duas dezenas, são todas as organizações da sociedade civil que manifestem interesse em aderir à ROSA e respeitem os seus princípios. Cada um dos seus membros possui áreas de trabalho privilegiadas, todas elas transversais à questão da soberania e segurança alimentar: Agricultura, Género, Acesso à Terra e Recursos Naturais, HIV/Sida, Saúde e nutrição, Saneamento, Direitos Humanos, entre outras. A complementaridade entre as diferentes experiências e áreas de trabalho dos seus

BOX 1 - Grupo de Coordenação da ROSA

- **ABIODES - Associação para a Agricultura Biológica, Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável**
- **ACORD**
- **ActionAid Moçambique**
- **ATAP – Associação de Técnicos Agro-Pecuários**
- **KEPA - Centro de Serviços de Cooperação para o Desenvolvimento**
- **KULIMA - Organismo para o Desenvolvimento Sócio-Económico Sustentável**
- **Liga dos Direitos Humanos**
- **MuGeDe – Mulher, Género e Desenvolvimento**
- **NEPA**
- **ORAM – Associação Rural de Ajuda Mútua**
- **UNAC – União Nacional dos Camponeses de Moçambique**

membros convergem para objectivos comuns no quadro da ROSA, dando corpo a uma plataforma multi-temática de intervenção com uma voz conjunta.

O secretariado, composto por duas pessoas (secretário e assistente), funciona de forma rotativa entre as organizações do grupo de coordenação, com mandato de dois anos. As suas principais tarefas são estabelecer contactos com parceiros nacionais e internacionais, redes/organizações similares e doadores; preparar acordos de parceria, memorandos, contratos entre ROSA e outros actores; mobilizar recursos financeiros e materiais; desenvolver e gerir as actividades diárias da ROSA; apresentar relatórios ao colectivo da ROSA; credenciar ou delegar organizações membros a representar a ROSA em eventos para os quais esta seja solicitada; recolher, sistematizar e circular informação relevante para o desempenho das actividades da ROSA e de grande interesse para os membros; monitorar, em colaboração com o grupo de coordenação, as actividades da ROSA; e desempenhar outras actividades delegadas pelo Grupo de Coordenação.

Pela sua natureza de rede, a ROSA não tem estatuto jurídico, razão pela qual as parcerias ou contratos estabelecidos em cada momento em seu nome são efectuados juridicamente através da organização que assume o secretariado ou de um dos membros do grupo de coordenação.

A experiência da ROSA tem demonstrado que a união de esforços por parte da sociedade civil aumentou a sua capacidade de intervenção (Ver Box 2). A ROSA tem sido um interlocutor central junto do governo para a discussão e implementação de políticas públicas. Isto verificou-se, entre outros exemplos, no quadro da formulação do Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) e da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN). Para além da sua contribuição nos processos de discussão das políticas, a ROSA participa também no Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN). A conquista deste estatuto conferiu-lhe uma posição privilegiada para a participação no diálogo político, mas também a possibilidade (e a responsabilidade) de assumir um papel activo na própria implementação de acções de monitoria e avaliação.

BOX 2 – Exemplos de actividades desenvolvidas pela ROSA

- Participação na discussão e formulação de políticas (Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta, Estratégia Nacional de SAN, Políticas sectoriais, Lei do Direito à Alimentação);
- Participação no Secretariado Técnico de SAN enquanto interlocutor da sociedade civil;
- Participação em diferentes eventos a nível nacional, regional e internacional no campo da agricultura, desenvolvimento rural e SAN (CIRADR, Fórum Social Mundial, Fórum pela Soberania Alimentar, etc.);
- Realização de campanhas e iniciativas de sensibilização (Campanha pelo Direito à Alimentação, Campanha contra os EPAs, etc.);
- Realização de acções de capacitação, seminários, palestras, etc.;
- Realização de estudos e elaboração de documentos de posição política.

A experiência da ROSA evidencia uma peculiaridade em termos da mobilização e da coordenação da sociedade civil nesta temática. Trata-se da adopção do enfoque da soberania alimentar em paralelo com o da SAN. Esta característica diferencia este tipo de redes de outras plataformas existentes noutros países e mesmo em termos globais. Isto deve-se ao facto de a ROSA, enquanto espaço de articulação da sociedade civil, congregar

uma multiplicidade de actores, incluindo aqueles vinculados politicamente com a rede internacional *Via Campesina*, como por exemplo a União Nacional dos Camponeses de Moçambique (UNAC). Tal possibilitou, por exemplo, a inclusão de aspectos ligados ao modelo produtivo, recursos naturais e biodiversidade, protecção do conhecimento tradicional ou reforma agrária nas posições políticas defendidas e nas propostas apresentadas pela ROSA. A opção por este enfoque não impediu a ROSA de trabalhar também outras dimensões vinculadas à SAN, tais como o acesso aos alimentos, os aspectos nutricionais, as questões de género, HIV/Sida, saúde, educação e saneamento, todas elas transversais à política de SAN. Recentemente, a perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada entrou com mais evidência nas opções estratégicas da ROSA. Exemplo disso foi a Campanha Nacional pelo Direito à Alimentação levada a cabo em 2010 e a sua participação na formulação da Lei do Direito à Alimentação, actualmente em discussão.

Desde a sua constituição, em 2003, é possível sintetizar os seguintes avanços/conquistas principais logrados com a actuação da ROSA: i) Existência de uma plataforma composta por uma multiplicidade de actores a trabalhar conjuntamente os temas da Soberania Alimentar, SAN e Direito à Alimentação, reforçando a capacidade de demandar uma maior intersectorialidade por parte do governo; ii) Reconhecimento enquanto interlocutor da sociedade civil em Moçambique para o diálogo político a nível nacional, regional e internacional no tema da SAN; iii) Aumento das capacidades dos seus membros a diferentes níveis (organizacionais, técnicos, políticos, etc.).

Contudo, persistem ainda vários obstáculos a ultrapassar, como sejam: i) Capacidade dos vários membros para assumirem funções de secretariado e (ou) coordenação activa; ii) Limitação de recursos financeiros a vários níveis para a construção de capacidades que permitam uma regularidade no trabalho efetuado, incluindo aspectos logísticos e administrativos; iii) Dificuldade de descentralização para as províncias; iv) Lacunas em termos de visibilidade e comunicação a vários níveis.



A ROSA partilha a sua experiência com outros países lusófonos em 2007.

O caminho percorrido até ao momento pela ROSA em África, demonstra a capacidade de mobilização das organizações da sociedade civil, independentemente da existência de recursos atribuídos por doadores. Mostra, contudo, que uma disponibilidade mínima de meios pode fazer avançar mais que proporcionalmente o trabalho conjunto e, por último, provavelmente o mais importante, que existe a possibilidade de trabalhar juntando diferentes actores da sociedade civil com diferentes perspectivas e competências em torno de objectivos comuns para a SAN. Estas questões (lições aprendidas) serão partilhadas no final deste trabalho.

2.2 São Tomé e Príncipe

Nos últimos anos, a SAN tem vindo progressivamente a ganhar espaço na agenda política de São Tomé e Príncipe. Para isso muito tem contribuído a intervenção da sociedade civil, designadamente através de acções de sensibilização, capacitação e promoção de iniciativas de debate público. Foi neste contexto que se intensificou a mobilização social e o intercâmbio com outros países, surgindo a opção pela construção de um trabalho em rede. Será importante referir que em São Tomé e Príncipe existe uma grande dificuldade em estimular a cooperação e o trabalho conjunto entre organizações da sociedade civil. Esta característica é reconhecida pelas próprias organizações nacionais e até mesmo pelos órgãos do governo. Refere-se esta questão para que se tenha em conta o importante papel que pode ter o intercâmbio com outros países. O “ver-para-criar” ou ainda o “aprender-fazendo” são ingredientes fundamentais para ganhar confiança e iniciar o processo de mobilização. Por exemplo, em Julho de 2007 representantes da sociedade civil de São Tomé e Príncipe participaram, em Fortaleza, na III Conferência Nacional de SAN do Brasil, com o intuito de partilhar experiências com outras redes e organizações dos países lusófonos.

A Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (RESCSAN-STP) surge depois, em 2008, no seguimento das conclusões do seminário sobre “Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação Adequada e Soberania Alimentar” impulsionado pela FONG – Federação das ONGs de São Tomé e Príncipe e que contou com apoio técnico da ACTUAR. Esta iniciativa contou com a presença de mais de duzentos participantes, incluindo uma forte participação da sociedade civil, diferentes sectores do governo e convidados de outros países da CPLP, incluindo também organismos internacionais. Durante essa iniciativa, diferentes actores discutiram possíveis opções tendo em vista melhorar os níveis de SAN da população. A relevância do tema possibilitou o envolvimento do poder político ao mais alto nível, de que é exemplo a participação do então Presidente da República, Fradique de Menezes, na abertura do evento, bem como do Primeiro-Ministro no seu encerramento. Duas conclusões principais emergiram desse seminário: 1) A necessidade de o país contar com uma estratégia nacional de SAN abrangente e incluindo múltiplos actores; 2) A necessidade da sociedade civil se articular numa rede de trabalho no âmbito dessas temáticas¹³.

A RESCSAN-STP é então simbolicamente lançada no Dia Mundial da Alimentação, 16 de Outubro de 2008¹⁴. Na altura do seu lançamento, a RESCSAN-STP definiu-se como uma estrutura informal de interligação de diversas organizações da sociedade civil, aberta à participação de todos os interessados que partilhem os objectivos e princípios da segurança alimentar e nutricional, direito humano à alimentação e soberania alimentar. Acordou-se ainda que o seu propósito primordial seria melhorar o diálogo e a participação social na discussão e implementação de políticas nesse campo.

Em 2010 a ACTUAR participou numa iniciativa de fortalecimento da RESCSAN-STP, a qual resultou num aprofundamento da cooperação entre os membros, melhor entendimento sobre metodologias de trabalho em rede e definição dos mecanismos de organização e

¹³ Para mais informações consulte a Declaração Final do Seminário em www.redsan-cplp.org.

¹⁴ Declaração de constituição da RESCSAN-STP disponível em www.redsan-cplp.org.

funcionamento, incluindo a aprovação do regulamento interno e a definição de estratégias de comunicação e visibilidade¹⁵.

Actualmente, a RESCSAN-STP é composta por cerca de vinte organizações, assumindo como missão contribuir para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e para a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no país. Quanto a objectivos propõe-se a: i) promover acções de advocacia; ii) construir propostas para a definição de políticas públicas, incluindo o seu monitoramento; iii) capacitar e melhorar a coordenação entre os membros nos vários domínios da SAN; iv) facilitar a disseminação de informação e partilhar experiências.

BOX 3 - Grupo de Coordenação da RESCSAN-STP

- ADAPPA - Acção para o Desenvolvimento Agro-Pecuário e Protecção do Ambiente
- AMI – Assistência Médica Internacional
- FCJ – Fundação Criança e Juventude
- MARAPA – Mar, Ambiente e Pesca Artesanal
- ZATONA-ADIL

Relativamente à sua estrutura, a RESCSAN-STP é constituída pela Assembleia-Geral, onde se incluem todos os membros da rede, pela Comissão de Coordenação (Ver Box 3), a qual é eleita entre os membros da rede por um mandato de três anos, por cinco grupos de trabalho temáticos (Pescas e Recursos Marinhos; Agricultura, Pecuária e Ambiente Rural e Florestal; Saneamento, Infra-estruturas e Ambiente Urbano; Saúde e Nutrição; Educação) e pelo gabinete de comunicação e visibilidade.

Em termos de funcionamento, a RESCSAN-STP estipulou que a reunião da Assembleia Geral se fará pelo menos uma vez em cada ano, sendo que a sua Comissão de Coordenação procurará reunir trimestralmente, com carácter obrigatório, e extraordinariamente, sempre que os seus membros considerem necessário. Os grupos de trabalho tentam reunir com periodicidade regular, na medida em que os seus membros entenderem oportuno. O secretariado foi assumido pela ADAPPA, organização melhor posicionada para disponibilizar recursos físicos, humanos e administrativos para esse efeito.

A vontade da sociedade civil para unir esforços e a sua capacidade de trabalho conjunto ficam patentes na amplitude alcançada pela RESCSAN-STP, tanto em termos de número de membros quanto da diversidade de temas de trabalho (agricultura, pescas, género, saúde, crianças e jovens, nutrição, direitos humanos, ambiente, saneamento ou empreendedorismo).

A experiência da RESCSAN-STP, apesar de ainda jovem, evidencia já algumas lições importantes. Refira-se, em particular, o seu papel decisivo para a afirmação da agenda de SAN no país. Através das suas iniciativas (Ver Box 4), logrou retomar o diálogo político e voltar a comprometer o governo para avançar com uma estratégia nacional nesse campo.

Em termos de proposição política, destaque-se o “Fórum de Políticas para a Agricultura e Segurança Alimentar” realizado no país em 2010 e que foi organizado pela RESCSAN no âmbito do projecto PDSA em parceria com o Instituto Marquês de Valle Flôr, Federação das ONG de São Tomé e Príncipe (FONG-STP) e ACTUAR, possibilitando um amplo debate sobre a necessidade de o país avançar com uma estratégia nacional de SAN¹⁶.

¹⁵ Esta iniciativa foi desenvolvida no âmbito do Projecto Descentralizado de Segurança Alimentar (PDSA) financiado pela Comissão Europeia e implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flor (IMVF), o qual incluiu também uma componente de reforço da RESCSAN-STP.

¹⁶ O Relatório de Sistematização do Fórum, incluindo a descrição das actividades e conclusões está disponível em www.redsan-cplp.org.

BOX 4 – Exemplos de actividades desenvolvidas pela RESCSAN-STP

- **Organização do I Fórum sobre Políticas para a Agricultura e Segurança Alimentar**
- **Elaboração de contributo da sociedade civil para a Estratégia nacional de SAN**
- **Promoção de acções de capacitação e sensibilização sobre SAN**
- **Participação em eventos nacionais e internacionais no campo da SAN**
- **Realização de estudos e diagnósticos**

O documento “Contribuição da RESCSAN-STP para uma futura Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em São Tomé e Príncipe” foi elaborado pela sociedade civil e formalmente entregue ao governo, constituindo um contributo concreto para o processo de formulação da estratégia de SAN. Nele se discutem prioridades de intervenção nas seguintes áreas: i) Agricultura, Pecuária e Pescas; ii) Acesso à Terra e Gestão de Recursos Naturais; iii) Políticas de Preços, Crédito e Acesso a Mercados; iv) Saúde e Nutrição; v) Educação; vi) Monitoria da Insegurança Alimentar e Vulnerabilidade; vii) Atribuição de Recursos e Orçamento¹⁷.

O processo de mobilização proporcionado pela RESCSAN-STP revelou até ao momento os seguintes avanços principais: i) Fortalecimento da SAN na agenda política, em particular a formulação da estratégia nacional; ii) Aumento das capacidades da sociedade civil, tanto em termos conceptuais como de formulação de propostas no campo da SAN; iii) Reforço da capacidade de trabalho, juntando diferentes perspectivas para a discussão da SAN.

Os principais desafios centram-se em: i) Aumentar a capacidade de acesso a recursos de forma autónoma e ultrapassar a dependência exclusiva de projectos; ii) Reforçar a capacidade crítica e de diálogo político; iii) Aprofundar rotinas de trabalho no seio da rede; iv) Melhorar os mecanismos de comunicação e visibilidade.

O esforço empreendido até ao momento tem sido reconhecido pelo governo e outros actores, sendo a RESCSAN-STP chamada a participar no processo de formulação da estratégia nacional de SAN finalmente retomado em 2011 com apoio técnico da FAO.



Participantes do Fórum de Políticas Públicas para a Agricultura e SAN realizado em São Tomé e Príncipe.

¹⁷ Pode consultar o documento em www.redsan-cplp.org.

2.3 Angola

Em Angola, os primeiros passos para a constituição da rede angolana (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional) foram dados em 2007, no seguimento do Seminário sobre “Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural” que juntou em debate sociedade civil, representantes do governo, convidados de outros países e representantes de organismos internacionais.

A realização desse seminário em Angola foi muito importante, pois ocorreu num momento particularmente oportuno para o envolvimento da sociedade civil na discussão sobre a construção da política de SAN, na altura em início de formulação no país. Esse evento contou com uma ampla cobertura de imprensa, com a participação dos governos locais e central e possibilitou a partilha de experiências com redes da sociedade civil de outros países lusófonos, como a ROSA de Moçambique, e representantes do CONSEA do Brasil. No final do seminário, as organizações



Participantes do Seminário Internacional Direito à Alimentação e Segurança Alimentar realizado em Angola.

consideraram que deveria ser dada particular atenção à integração do direito à alimentação nas estratégias e políticas de segurança alimentar do país e concordaram sobre a necessidade de reforçar as capacidades e a coordenação entre organizações da sociedade civil de forma a poderem participar com maior qualidade no diálogo com Governo, universidades e organismos internacionais, para a construção desta estratégia¹⁸. Foi nesse âmbito que entenderam reunir esforços para a construção desta rede temática de SAN. Os desafios propostos para a criação da rede foram no sentido de reforçar as capacidades de análise e formulação de propostas para dar continuidade ao diálogo iniciado no seminário e, conseqüentemente, para a construção da política de SAN em Angola¹⁹. No âmbito desta iniciativa, o então Relator Especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, enviou uma carta a estas organizações reiterando a relevância desta iniciativa no contexto angolano²⁰.

Desde então o processo de construção de uma rede tem sido impulsionado e dinamizado pela ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, uma das históricas organizações angolanas e com reconhecido trabalho no campo da agricultura, desenvolvimento comunitário e SAN. Refira-se que, em Angola, a anterior existência de redes da sociedade civil focou-se em áreas temáticas específicas como o tema terra e recursos naturais, criança, ou HIV-Sida. A pouca percepção da utilidade de construção de uma abordagem multi-temática (incluindo também a menor percepção por parte do Governo) e de formalização de uma nova rede com esse objetivo mais amplo, levou a que a mobilização fosse desenvolvida com base num grupo de trabalho, aguardando-se a opção de formalização de uma rede para um momento mais adequado.

Entre várias intervenções no plano nacional, regional e global, destaca-se a participação deste grupo e de outras organizações da sociedade civil nas consultas públicas sobre a

¹⁸ O Relatório de Sistematização desse seminário está disponível em www.redsan-cplp.org.

¹⁹ Declaração Final disponível em www.redsan-cplp.org.

²⁰ Carta de Jean Ziegler disponível em www.redsan-cplp.org.

estratégia nacional de SAN aprovada em 2009. As organizações que participam neste grupo de trabalho têm também intervenção junto dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social a nível local (Municípios), através dos quais participam no desenho dos planos municipais de SAN e desenvolvimento rural. Em 2010, o grupo participou na 26ª Conferência Regional da FAO realizada em Luanda, em representação da REDSAN-PALOP, tendo apresentado um documento de posição com reivindicações aos governos africanos e à FAO com foco no reforço da governança da SAN²¹.

2.4 Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau, a Rede da Sociedade Civil para a Segurança e Soberania Alimentar (RESSAN-GB) surge em 2008, no seguimento do “Atelier sobre Direito à Alimentação”, organizado pela sociedade civil. Novamente a participação de organizações de outros países membros da CPLP foi determinante para proporcionar o intercâmbio de ideias. O atelier envolveu também a participação de actores do Governo e teve como objectivo principal facilitar a troca de experiências e informações e capacitar os participantes em relação à temática do Direito à Alimentação. Este processo permitiu abrir a discussão sobre a pertinência da articulação entre organizações nacionais da sociedade civil e a possível criação de uma rede multi-temática para a SAN. Tal proposta foi aprovada pelas organizações participantes, tendo para o efeito sido designado um Comité de Coordenação para preparar o processo, incluindo a negociação de consensos sobre a estratégia, mandato e posicionamento político conjunto.

A dinamização proporcionada pela Plataforma de ONG's da Guiné-Bissau (PLACON-GB) e pela ActionAid local foram decisivas para o avanço do processo na sua fase inicial, incluindo: i) acções de capacitação sobre SAN e direito à alimentação e iniciativas de discussão política sobre o programa nacional de SAN, levadas a cabo após a sua constituição, assim como trabalhos de lobby e advocacy para influenciar a implementação efectiva desse programa; ii) participação na discussão, elaboração e disseminação da lei de terras, e do respectivo regulamento, entre outros. O principal interlocutor foi sempre o Ministério da Agricultura.

Não obstante, problemas políticos e organizacionais derivados da complexa e instável situação política no país²², assim como a falta de recursos para pagamento de custos básicos de funcionamento, levaram à desarticulação e quase extinção da PLACON-GB, comprometendo os esforços que vinham sendo desenvolvidos de fortalecimento da rede. Isso significou que, desde 2010, a RESSAN-GB perdeu força e motivação, necessitando, neste momento, de um impulso para se reestruturar. Na Guiné-Bissau existem outras iniciativas da sociedade civil relacionadas com a promoção da SAN e a Soberania Alimentar, com destaque para o Grupo de Trabalho sobre os Produtos da Terra, fortemente impulsionado pelas organizações Tiniguena, AD - Acção e Desenvolvimento, Federação Camponesa KAFO e Divutec. Actualmente, a ACTUAR procura facilitar pontos de contacto e articulação entre a RESSAN-GB e estes Grupos de Trabalho, no sentido de fortalecer o processo de mobilização nacional e o re-lançamento do trabalho conjunto, com foco na política de SAN do Governo, que entretanto ficou esquecida.

²¹ Documento de Posição distribuído durante a 26ª Conferência Regional da FAO para África disponível em www.redsan-cplp.org.

²² Note-se que o país tem sofrido várias tentativas de golpe de estado e eleições sucessivas, que impedem a estabilidade política e social.

2.5 Cabo Verde

Em Cabo Verde, a mobilização da sociedade civil na temática da SAN fortaleceu-se no quadro da Plataforma de ONG's de Cabo Verde (PONG's). A PONG's, criada em 1996, é uma estrutura de cúpula da sociedade civil que congrega mais de trezentas organizações oriundas de diferentes áreas temáticas. No seio da PONG's um grupo de organizações optou por dinamizar um Grupo de Trabalho de SAN para coordenar o processo de construção de uma acção mais abrangente e uma maior intervenção da sociedade civil neste campo. Dado que o grupo funciona no quadro da PONG's, beneficia dos recursos (financeiros, humanos, materiais) disponibilizados pela plataforma. Isto permite a sua existência, mas limita o seu desenvolvimento, pois se a PONG's não liderar o processo, assumindo os custos necessários, nenhuma outra organização terá condições para fazê-lo. Esta falta de mobilização tem também relação com a situação de pouca prioridade política dada pelos últimos governos à SAN, em particular pelo Ministério da Agricultura, mas também porque a sociedade civil ainda não tomou o tema como uma das suas maiores prioridades. Não obstante, o grupo tem sido activo no diálogo com o governo, em particular no que se refere à necessidade de retomar o Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A falta de recursos humanos capacitados nesta temática tem sido apontada pela PONG's como o principal entrave à sua actuação.

A PONG's dispõe de representações em todas as ilhas, facilitando a intervenção do grupo de trabalho de forma desconcentrada, pois face às características do arquipélago de Cabo Verde os custos de deslocação são relevantes.

A PONG's tem participado em inúmeras iniciativas de troca de experiências promovidas pela REDSAN-PALOP, ajudando a impulsionar processos de articulação noutros países e promovendo a partilha de informação sobre diversos temas relevantes para outros grupos de trabalho e redes, incluindo, por exemplo, o tema do acesso à água e conservação da biodiversidade, entre outros.



Parceiros da REDSAN-PALOP na II Reunião Regional realizada em Olinda (Brasil) em 2008.

2.6 Brasil

No Brasil, a sociedade civil possui um longo histórico de mobilização e participação no campo da SAN, fruto de uma longa caminhada de luta e disputa desde a década de 1930. Contudo, foi sobretudo nas décadas de oitenta e noventa que surgem iniciativas mais decisivas no campo da mobilização e participação popular. Por exemplo, o conhecido Movimento Pela Ética na Política colocou o combate à fome como uma das suas principais prioridades. Outros exemplos são a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Pastoral da Criança, a Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA), o movimento sindical – em

particular a CONTAG, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou a Comissão Pastoral da Terra.

Contudo, merece destaque particular no campo da mobilização social a criação do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) em 1998²³. O FBSSAN é uma importante articulação de entidades, indivíduos, movimentos sociais e instituições que se ocupam da questão da SAN. O Fórum constitui um dos principais interlocutores junto do Governo para a discussão da política de SAN, dispondo de fóruns filiados a nível municipal e estadual. Ao longo da sua história, o FBSSAN inseriu-se em redes mundiais relacionadas com o tema, como por exemplo o Fórum Global de Segurança Alimentar e Nutricional, a Rede Internacional para o Direito Humano à Alimentação (FIAN), a Rede Interamericana de Agricultura e Democracia (RIAD) ou a Aliança Mundial para a Nutrição e os Direitos Humanos (WANAHR).

O FBSSAN articula a sociedade civil e, em alguns casos, promove ações conjuntas com o Governo. De entre os principais objetivos do FBSSAN destacam-se: i) Mobilizar a sociedade em torno do tema da SAN e colaborar para a formação de uma opinião pública favorável a esta perspectiva; ii) Fomentar a elaboração de propostas de políticas e ações públicas nacionais e internacionais em SAN e Direito Humano à Alimentação; iii) Inserir a temática na agenda política nacional, estadual e municipal e colaborar para o debate internacional sobre o tema; iv) Estimular o desenvolvimento de ações locais/municipais de promoção da SAN; v) Colaborar para a capacitação dos atores da sociedade civil visando otimizar a participação efetiva da sociedade nos diferentes espaços de gestão social; e v) Denunciar e monitorar as respostas governamentais quanto a violações ao direito à alimentação. O FBSSAN participa activamente no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). As organizações do FBSSAN assumiram ao longo dos últimos anos um papel relevante na condução dos principais temas tratados pelo CONSEA. Além disso, os últimos presidentes do CONSEA e a actual presidente emergiram de organizações participantes do FBSSAN²⁴.



Parceiros da REDSAN-PALOP visitam comunidades e trocam experiências com o Brasil.

2.7 Portugal

Em Portugal, de um modo geral, o tema da SAN não foi uma prioridade. Isto deve-se, em parte, a mais de vinte anos de implementação de programas de modernização do sector agrícola (primeiro) e do seu ajuste em função das ajudas para não produzir (segundo). Por outro lado, em função da promulgação de legislação de higiene e sanidade para o sector de processamento de alimentos (derivado de normas da União Europeia), o país passou a

²³ Para saber mais sobre o FBSSAN consulte www.fbsan.org.br.

²⁴ Como são os casos de Francisco Menezes, Renato Maluf, Maria Emília Pacheco, membros da coordenação executiva do FBSSAN em representação do IBASE, CERESAN e FASE, respectivamente.

priorizar os temas relacionados com a qualidade e segurança dos alimentos (*food safety*) e com a competitividade de algumas fileiras de produção.

A cooperação portuguesa com os países africanos de língua portuguesa também não teve uma acção expressiva nesta área, dado que o volume de recursos e a abordagem utilizada foram claramente insuficientes para colocar o tema da fome e da SAN de forma apropriada na agenda política nacional. Excepção a este panorama foi a acção de organizações nacionais de pequenos agricultores, como a CNA - Confederação Nacional da Agricultura (vinculada à *Via Campesina*), bem como de algumas ONG, que pela sua maior inserção internacional deram alguma relevância ao tema da soberania alimentar, do direito à alimentação e da SAN.

Várias destas organizações têm promovido iniciativas em Portugal, algumas apoiadas pela ACTUAR, tendo em vista a mobilização de outras organizações e a sensibilização da população e partidos políticos para estes temas. Desde 2006 que a ACTUAR vem desenvolvendo esforços tendo em vista a constituição de uma rede de trabalho multi-temática em Portugal. Nesse ano, em parceria com a Plataforma Portuguesa das ONGD, foi submetido um projecto à cooperação portuguesa (IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento) para esse efeito, o qual não mereceu apoio por não ser considerado relevante. Em 2007, novamente em parceria com a Plataforma das ONGD, realizou-se a iniciativa “Enlaçando Experiências: uma tertúlia sobre Segurança Alimentar” dirigida a sensibilizar as organizações portuguesas para a necessidade de uma mobilização conjunta mais consistente. Em 2009 e 2010 a ACTUAR voltou a solicitar apoio ao IPAD para a constituição da rede portuguesa, mas uma vez mais a iniciativa foi considerada não relevante.

Contudo, o processo de mobilização da sociedade civil intensificou-se recentemente, face à crise financeira e alimentar global e também ao crescente reconhecimento do tema a nível nacional (em particular devido à situação de dependência alimentar, desestruturação da produção agrícola e da desertificação do meio rural).

Em 2011 foi finalmente constituída a ReAlimentar - Rede Portuguesa para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, uma iniciativa promovida

pela ACTUAR em conjunto com outras organizações como a CNA, OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento, Instituto Marquês de Valle Flor (IMVF), Saúde em Português, Associação dos Consumidores de Portugal (ACOP), Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas (MARP) e Federação Nacional dos Sindicatos do Sector da Pescadores. Estas organizações tomaram a iniciativa de impulsionar um espaço de diálogo, debate e articulação de esforços para fortalecer a intervenção nos processos de formulação e tomada de decisão sobre políticas públicas nacionais e internacionais relacionadas com a SAN, soberania alimentar e direito à alimentação. A ReAlimentar dispõe de uma Carta de



Parceiros da REDSAN-PALOP participam com a CNA em defesa dos pequenos agricultores.

Princípios na qual define as suas posições políticas neste campo e tem vindo a estabelecer pontes com outras redes e organizações internacionais da sociedade civil²⁵.

As organizações participantes desta rede estão neste momento a definir uma agenda de intervenção onde se incluirão acções destinadas a proteger os pequenos produtores nacionais das condições atuais de comercialização dos seus produtos (derivadas das políticas exclusivas a nível nacional, da União Europeia e também da concentração da grande distribuição), a promover a integração de vários grupos mais vulneráveis, e a debater a necessidade de o país rever o actual quadro de inexistência de uma estratégia nacional visando assegurar o direito humano à alimentação adequada sob a perspectiva da soberania alimentar.

2.8 Timor-Leste

Em **Timor-Leste** a Federação das ONGs de Timor-Leste (FONG-TIL) é uma plataforma que congrega mais de trezentas organizações da sociedade civil no país. A SAN figura como um dos seus temas de trabalho prioritários, reunindo um interesse crescente por parte dos seus membros. Contudo, não existe ainda um grupo de trabalho (ou rede) específico sobre este tema. Face à distância e aos custos inerentes, é menor a frequência de contactos entre as organizações deste país e as pertencentes aos demais países da CPLP no quadro da REDSAN-PALOP. Por essa razão, Timor-Leste tem sido o país menos beneficiado com os intercâmbios realizados. A ACTUAR está a envidar esforços visando assegurar maior frequência de contactos e partilha de informação, bem como a efectiva integração desta organização no processo de alargamento para a REDSAN-CPLP.

2.9 Principais avanços, problemas e desafios a nível nacional

Conforme se demonstrou na secção anterior, o esforço de mobilização das redes nacionais tem-se traduzido em resultados concretos. O reconhecimento destas estruturas como interlocutores para o diálogo político no quadro das estratégias nacionais de SAN é já uma realidade na maior parte dos países. As iniciativas de intercâmbio e troca de experiências tem determinado uma crescente capacidade de intervenção das organizações no plano nacional, em particular nos países africanos. A visibilidade crescente destas redes e grupos de trabalho tem possibilitado a colocação nas agendas políticas nacionais de questões transversais à SAN (género, acesso à terra e recursos naturais, impacto dos OGM, etc.). Os **principais avanços**, até ao momento, na mobilização a nível nacional são os seguintes:

- A mobilização de organizações em todos os países e o reconhecimento de que a sua articulação em grupos de trabalho ou redes multi-temáticas é fundamental para alcançar uma participação qualificada no diálogo com os governos, pressionando-os no sentido da intersectorialidade – aspecto considerado fundamental para que o tema não continue restrito aos Ministérios de Agricultura de cada país.

²⁵ Mais informações sobre a Realimentar em www.realimentar.org.

- Progressiva consolidação de redes e grupos de trabalho multi-temáticos da sociedade civil focados na SAN, soberania alimentar e direito à alimentação em todos os países, os quais integram um número crescente de organizações (em conjunto as redes nacionais parceiras da REDSAN-PALOP mobilizam já cerca de 200 organizações);
- Realização de acções nacionais de lobby e advocacy em todos os países, junto dos respectivos governos, sobre as questões mais pertinentes da agenda política (efectiva implementação das políticas nacionais de SAN; necessidade de consolidar estruturas nacionais de diálogo e participação social; tomadas de posição sobre temas diversos – volatilidade dos preços dos alimentos, OGMs, acesso a recursos, directrizes voluntárias sobre o direito à alimentação, etc.) aumentando a pressão sobre os decisores políticos;
- Realização de acções de informação e capacitação (Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Moçambique) junto dos grupos vulneráveis sobre diferentes temáticas (SAN, acesso a mercados, direito à alimentação, etc.), aumentando a sua participação qualificada nas discussões dentro das suas organizações e destas com outras organizações e com os governos;
- Realização de diagnósticos nacionais sobre o direito à alimentação em Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe com o objectivo de contribuir para as políticas nacionais de SAN;
- Crescente reconhecimento das redes nacionais parceiras da REDSAN-PALOP enquanto interlocutores para o diálogo político, quer junto dos governos (sobre a necessidade de avançar e/ou reformular as respectivas estratégias nacionais de SAN), como junto de organizações internacionais (FAO, CE,) e também os media.

Contudo, existe ainda um longo percurso a realizar em direcção à consolidação e fortalecimento do trabalho a nível nacional. Os **principais problemas** comuns à maioria dos países e que têm dificultado o trabalho destas redes nacionais são:

- Inexistência ou ineficácia dos espaços de diálogo e participação junto do governo face à não implementação dos compromissos assumidos nas estratégias nacionais de SAN (casos de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola), ou mesmo inexistência de estratégia nacional (casos de São Tomé e Príncipe e Portugal).
- O facto de a sociedade civil no conjunto de países africanos estar ainda em fase de afirmação, o que leva a que nestes países subsistam ainda muitas dependências relativamente ao governo ou doadores. Por outro lado, instabilidades políticas e governativas (em particular na Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) afectam directamente a maior ou menor capacidade de trabalho conjunto das organizações da sociedade civil.
- Deficientes capacidades técnicas para trabalhar os temas da SAN e direito à alimentação no quadro das organizações, sobretudo nos PALOP.
- Deficiente ligação das organizações de âmbito nacional com o nível local; é importante, contudo, sublinhar a excepção em relação às organizações de camponeses, cuja participação nos grupos de trabalho e nas redes se deseja reforçar.
- Dificuldade de acesso a recursos mínimos por parte dos grupos de trabalho e redes nacionais consolidados;

- Deficientes mecanismos de comunicação e visibilidade a nível nacional;

Os principais **desafios específicos** que se colocam a nível nacional, em particular tendo em conta o actual estágio das respectivas políticas nacionais de SAN são:

Quadro 2 – Principais desafios a nível nacional

| País | Principais Desafios das Redes Nacionais |
|----------------------------|--|
| Angola | <ul style="list-style-type: none"> - Consolidar o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e aprofundar rotinas de trabalho em rede, em particular a nível descentralizado; - Aprofundar a intervenção do Grupo de Trabalho de forma coordenada no quadro dos Conselhos Municipais de Concertação e Auscultação Social; - Aprofundar o diálogo com o Governo a nível central, em particular reivindicando a efectiva implementação da ENSAN e do Conselho Nacional de SAN; - Participar na definição e implementação dos planos municipais de desenvolvimento rural e SAN; |
| Cabo Verde | <ul style="list-style-type: none"> - Consolidar o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar no seio da PONG's; - Reforçar as acções de lobby e advocacy junto do Governo para a revisão do PNSAN sob a perspectiva do Direito à Alimentação; - Aumentar e diversificar as fontes de financiamento para o Grupo de Trabalho; - Reforçar o trabalho junto dos grupos vulneráveis, em particular a implementação de iniciativas locais; - Reivindicar e apoiar a revisão do quadro legal e institucional para a SAN, em particular a efectiva implementação do Conselho Nacional de SAN. - Garantir a participação no processo de implementação do CAADP; |
| Guiné-Bissau | <ul style="list-style-type: none"> - Aprofundar o diálogo com outros grupos da sociedade civil em direcção ao alargamento e fortalecimento da RESSAN-GB; - Reivindicar junto do Governo a revisão e efectiva implementação do Programa Nacional de SAN; - Garantir a participação no processo de implementação do CAADP; - Diversificar as fontes de financiamento e reforçar o processo de alargamento da rede para o nível local; |
| Moçambique | <ul style="list-style-type: none"> - Consolidar o trabalho da ROSA, em particular no que se refere às rotinas de trabalho em rede (comunicação, visibilidade, prestação de contas) junto dos seus membros; - Reforçar a participação junto do SETSAN; - Trabalhar junto com o governo para a formulação e aprovação da Lei Nacional do Direito à Alimentação; - Reivindicar uma reestruturação do quadro institucional (SETSAN), em particular a sua vinculação a um nível hierárquico mais elevado; - Reforçar a intervenção da ROSA no plano regional e global; |
| São Tomé e Príncipe | <ul style="list-style-type: none"> - Consolidar o trabalho da RESCSAN-STP, em particular no que se refere às rotinas de trabalho em rede (comunicação, visibilidade, prestação de contas) junto dos seus membros; - Trabalhar junto com o Governo na finalização do Programa Nacional de SAN e sua efectiva implementação; - Garantir a participação no processo de implementação do CAADP; - Sensibilizar os decisores políticos para a perspectiva do direito à alimentação; - Apostar no desenvolvimento de capacidades junto dos grupos vulneráveis e das organizações parceiras da RESCSAN-STP; |
| Portugal | <ul style="list-style-type: none"> - Consolidar o trabalho da ReAlimentar e aumentar o número de parceiros da rede nacional; - Reforçar pontes com outras organizações a nível nacional, europeu e internacional; - Realizar acções de lobby e advocacy junto do Governo português, tendo em vista a incorporação da perspectiva do Direito à Alimentação na política de cooperação e a decisão de avançar com a formulação de uma estratégia nacional de SAN. |

| | |
|--------------------|--|
| Timor Leste | <ul style="list-style-type: none"> - Consolidar a SAN e o Direito à Alimentação como um tema de trabalho no seio da FONG-TIL; - Realizar acções de lobby e advocacy junto do Governo para a revisão da Política Nacional de SAN sob a perspectiva do Direito à Alimentação; - Reivindicar a efectiva implementação do Conselho Nacional de SAN e uma maior participação da sociedade civil; - Reforçar pontes com outras redes e organizações no campo da SAN e direito à alimentação, em particular com os países de língua portuguesa. |
| Brasil | <ul style="list-style-type: none"> - Aumentar e diversificar as fontes de financiamento do FBSSAN; - Apoiar processos de fortalecimento e mobilização junto dos demais países de língua portuguesa; - Participar em iniciativas de troca de experiências e construção de capacidades com as demais redes lusófonas no campo da SAN, soberania alimentar e direito à alimentação. |

III. MOBILIZAÇÃO SOCIAL A NÍVEL REGIONAL

3.1 Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional nos PALOP (REDSAN-PALOP)

A Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional nos PALOP (REDSAN-PALOP) surge face à necessidade identificada pelas organizações da sociedade civil destes países de que uma resposta mais efectiva no diálogo com os governos envolveria uma actuação também ao nível regional (CPLP), bem como junto dos organismos internacionais actuando nos seus países (FAO, CE, doadores, etc.). O contexto da discussão de estratégias nacionais de SAN em curso em todos estes países e os intercâmbios efectuados geraram, efectivamente, a percepção de que um nível de intervenção territorial reforça o outro e que, como tal, era fundamental uma articulação de carácter regional e internacional mais activas. Refira-se que os países africanos membros da CPLP, por razões históricas conhecidas, possuíram menos acesso às discussões e negociações internacionais no quadro da luta contra a fome e da promoção da SAN. Romper esse isolamento, discutir novas abordagens para velhos problemas e ganhar “peso institucional” para a sociedade civil nas diversas negociações internacionais foram os maiores desafios para a articulação regional e internacional.

O processo inicial de criação e fortalecimento da REDSAN-PALOP recebeu algum apoio do projecto IFSN²⁶, designadamente aportando recursos financeiros mínimos para algumas actividades conjuntas. Para isso foi importante a entrada da ACTUAR como parceiro formal do projeto IFSN – dada a sua ligação com os parceiros dos PALOP –, bem como o reconhecimento destes países como “prioritários” por parte da Comissão Europeia no quadro dos apoios recebidos pelo IFSN. A ACTUAR continuou assim o trabalho de dinamização desse processo assumindo, por concordância das demais organizações envolvidas, o seu secretariado e facilitando a sua intervenção no plano regional e internacional.

²⁶ Ver nota 11.

A REDSAN-PALOP foi formalmente lançada durante a III Conferência Nacional de SAN realizada em Fortaleza (Brasil) em Junho de 2007. No momento da sua criação definiu-se um conjunto de prioridades que ditaram a sua estratégia de intervenção nos anos subsequentes: i) Reforçar as acções de intercâmbio e troca de experiências entre os diferentes PALOP aumentando o nível de informação e conhecimento sobre a temática da segurança alimentar e nutricional, da soberania alimentar e do direito humano à alimentação; ii)



Lançamento da REDSAN-PALOP em Fortaleza em 2007.

Concertar esforços ao nível de cada país e entre os vários países no sentido de articular as organizações interessadas em trabalhar conjuntamente esses temas, através de um trabalho em rede; iii) Realizar incidência e advocacia política (lobby e advocacy) conjunta e de forma solidária nos respectivos espaços nacionais, procurando máxima prioridade para as políticas de combate à fome e de promoção da segurança alimentar e nutricional que incorporem os princípios da soberania alimentar e do Direito Humano à Alimentação; iv) Concertar acções a nível regional e internacional, com particular atenção à CPLP, Agências das Nações Unidas, União Europeia, FAO, entre outros, procurando influenciar os seus programas e políticas numa óptica de abordagem conjunta do espaço lusófono.

Em função da experiência adquirida nos anos anteriores e dos intercâmbios efectuados, as organizações da sociedade civil decidiram aprofundar o seu trabalho em rede, usando uma perspectiva intersectorial, adequada aos diferentes contextos dos países envolvidos.

A REDSAN-PALOP possui pontos focais em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique e um secretariado regional em Portugal, país que acolhe a sede da CPLP. Através dos seus membros (Box 5), esta rede regional congrega diversas ONG e associações de camponeses, pescadores, mulheres, pessoas com HIV/SIDA, grupos de jovens, organizações de consumidores, instituições de pesquisa, entre outras.

BOX 5 – Membros da REDSAN-PALOP

- Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional em Angola
- PONG's - Plataforma das ONGs de Cabo Verde
- ROSA - Rede de Organizações pela Soberania Alimentar em Moçambique
- RESSAN-GB - Rede para a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau
- RESCSAN-STP - Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe
- ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento (Secretariado)

Refira-se que o princípio da subsidiariedade é considerado em todas as intervenções da rede regional: qualquer assunto que possa ser resolvido ao nível nacional pelas organizações e redes envolvidas deverá obedecer a esse princípio. Outros princípios utilizados na articulação regional são:

- As redes nacionais e regional devem dar prioridade à participação dos grupos mais vulneráveis nas suas actividades/coordenação incluindo (e em particular) os pequenos agricultores e trabalhadores rurais;
- A intersectorialidade deve reforçar-se através de grupos de trabalho temáticos ao nível regional, coerentemente ligados aos grupos existentes a nível nacional, contribuindo para uma intervenção e interacção com as estruturas multi-actores e de governança implementadas pelos países membros da CPLP;
- As organizações, grupos de trabalho e redes nacionais falam em seu nome e de acordo com as regras estabelecidas entre os seus membros para representação da rede; A representação da rede regional é condicionada pela aprovação dos membros coordenadores das redes ou dos grupos de trabalho nacionais;
- A rede regional é facilitada por uma organização com capacidade para assumir as funções de secretariado, eleita pelas organizações representativas das redes nacionais e preferencialmente localizada junto à sede da CPLP;

Nesse sentido talvez seja relevante mencionar as **principais tarefas da organização que facilita a rede:**

- Facilitar a comunicação e troca de informação entre as redes dos diferentes países;
- Facilitar a elaboração de planos de trabalho conjuntos e zelar pelo cumprimento junto dos parceiros nacionais, incluindo a elaboração de relatórios;
- Apoiar processos de construção de capacidades e fortalecimento das redes a nível nacional;
- Prestar apoio técnico às organizações e redes nacionais;
- Promover investigações e análises como suporte à tomada de posições dos parceiros;
- Facilitar a gestão administrativa e financeira da rede regional;
- Promover o desenvolvimento de iniciativas (campanhas, acções de lobby, diálogo) a nível nacional, regional e global;
- Promover parcerias e estabelecimento de pontes com outras organizações e redes da sociedade civil;
- Arquivar a informação e a memória histórica da REDSAN-PALOP;
- Procurar financiamento e canalizar recursos para as redes nacionais e regional;

O trabalho de articulação em rede incluiu, sobretudo, a construção de estratégias comuns, o apoio às parcerias entre as organizações dos países, a realização de pesquisas conjuntas, acções de capacitação e partilha de conhecimento envolvendo organizações dos vários países, bem como acções conjuntas de lobby e advocacy que, subscritas por organizações de vários países, contribuem para influenciar a definição, implementação e monitoria das

políticas nacionais de SAN e marcos legais do direito à alimentação no contexto nacional e regional (Ver Box 6).

BOX 6 – Exemplos de actividades desenvolvidas pela REDSAN-PALOP

- Dezembro, 2007, **Cimeira Europa-África**, Lisboa - participação na iniciativa “*Tribunal Popular pelo Direito à Alimentação*” chamando a atenção para a importância desse direito humano e para a urgência da implementação de políticas nacionais de combate à fome.
- Maio, 2009, **II Reunião de Ministros da Saúde da CPLP**, Lisboa - a Rede Regional endereçou formalmente uma “*Mensagem pela Garantia da Segurança Alimentar e Nutricional*” aos governantes da CPLP e demais participantes. A Mensagem revelava a preocupação da sociedade civil com a questão da insegurança alimentar e apresentava um conjunto de reivindicações e propostas aos Governos dos países da CPLP.
- Junho, 2009, **IV Reunião dos Ministros da Agricultura da CPLP**, Brasília - a Rede Regional endereçou formalmente um “*Documento Conjunto*” ao Secretário Executivo da CPLP com comentários e sugestões sobre as principais decisões tomadas nessa reunião, nomeadamente sobre a proposta de criação de um grupo de trabalho para o tema da segurança alimentar e da agricultura familiar ao nível da CPLP e sobre o Plano de Acção para a Segurança Alimentar anunciado pelos Governos.
- Julho, 2008, **VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**, Lisboa - a Rede Regional endereçou formalmente uma “*Mensagem da Sociedade Civil pelo Direito à Alimentação*” exigindo que o combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional fossem colocadas como prioridade nas agendas políticas dos governos e na estratégia de cooperação dos seus Estados-Membros como garantia do cumprimento do Direito Humano à Alimentação.
- Maio, 2010, **26ª Conferência Regional da FAO em África**, Luanda - a Rede Regional integrou o painel oficial de eventos paralelos onde apresentou a comunicação “*Governança Regional e Nacional da Segurança Alimentar: Experiências dos Países Africanos de Língua Portuguesa*”.
- Junho, 2011, **Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP** - A REDSAN colabora com a FAO e a CPLP no processo de consulta à sociedade civil, tendo em vista a formulação da estratégia de SAN da CPLP.
- Realização de diversos **Estudos e Pesquisas** sobre diferentes temáticas, como por exemplo: “Estudo sobre a Volatilidade dos Preços dos Alimentos nos PALOP” (2011); “Social Technologies for Urban Agriculture” (2008); “Interconnections and reciprocity between the right to food and land tenure rights” (2012); Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Context of National Food Security: Key elements to assure good outcome” (2012); “Integração de uma abordagem de género na gestão de recursos hídricos e fundiários (Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor Leste)” (2010).
- Realização de quatro **Reuniões Regionais da REDSAN-PALOP**: Fortaleza (2007), Olinda (2008), Coimbra (2010), Lisboa (2011).
- Realização de várias iniciativas de **intercâmbio e troca de experiências**, como por exemplo: “Seminário sobre Sociedade Civil e Segurança Alimentar nos PALOP” (Fortaleza, 2007); “Seminário sobre Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural” (Angola, 2007); “Seminário Internacional Agricultura Urbana, Ambiente e Sociedade” (Coimbra, 2008); “Reunião Global IFSN” (Roma, 2009); “Seminário Internacional Políticas Públicas para a Agricultura e Segurança Alimentar” (São Tomé, 2010); Conferência “Integração de uma Abordagem de Género na Gestão de Recursos Hídricos e Fundiários” (Lisboa, 2010); Reunião Regional IFSN (Etiópia, 2011); Colóquio Internacional “Políticas e Cooperação para a Soberania e Segurança Alimentar na CPLP” (Lisboa, 2011).
- Participação em **eventos políticos**, como por exemplo: III Conferência Nacional de SAN do Brasil (Fortaleza, 2007); 37th Sessão do CFS (Roma, 2011); World Social Fórum (Dakar, 2011); IV Conferência de SAN do Brasil (Salvador, 2011).
- Realização de várias iniciativas de **informação e capacitação**, como por exemplo: “Capacitação sobre Diagnósticos Rápidos do Direito à Alimentação” (Fortaleza, 2007); “Atelier sobre Direito à Alimentação”

(Guiné-Bissau, 2008); “Atelier sobre Direito à Alimentação e SAN” (São Tomé, 2010), incluindo produção de **materiais didáticos** (Guia de Diagnósticos sobre o Direito à Alimentação (2007), Manual sobre Segurança Alimentar e Nutricional (2010), CD-Rom “Biblioteca Temática sobre Género e Acesso a Terra e Água” (2010), diversos desdobráveis e posters temáticos.



Parceiros da REDSAN-PALOP manifestam-se durante a Cimeira Europa-África (2007) contra os acordos de parceria económica da CE com os países ACP.

Os **principais avanços** alcançados pela REDSAN-PALOP até ao momento foram os seguintes:

- Crescente número de organizações parceiras da REDSAN-PALOP e reforço da construção de pontes com outras redes e organizações a nível global, nomeadamente, o Mecanismo da Sociedade Civil ligado ao Comité Mundial de Segurança Alimentar (CSM/CFS)²⁷;
- Acções de intercâmbio e troca de experiências realizadas entre os diferentes países sobre as temáticas da SAN, Direito à Alimentação e Soberania Alimentar, possibilitando a construção de capacidades da sociedade civil para um trabalho multi-disciplinar e intersectorial e reforçando o trabalho desenvolvido nacionalmente por cada rede ou grupo de trabalho;
- Conformação de uma rede da sociedade civil activa a nível regional e internacional, envolvendo os PALOP e início da sua gradual ampliação aos demais países membros da CPLP (Brasil, Portugal e Timor Leste);
- Maior capacidade de diálogo político, lobby e advocacy a nível nacional (nomeadamente junto dos governos) e regional/internacional (nomeadamente junto da CPLP, União Europeia e Agências das Nações Unidas), incluindo a participação no processo de formulação da estratégia de SAN da CPLP e discussões ao nível do Comité Mundial de Segurança Alimentar (CFS);

Os **principais desafios** organizacionais identificados no plano regional são as seguintes:

- Redobrar os esforços tendo em vista a evolução e consolidação dos grupos de trabalho em Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, apoiando a construção de

²⁷ Mais informações disponíveis em <http://cso4cfs.org>.

capacidades para maior articulação intersectorial, ampliação dos grupos, discussão e definição de normas para funcionamento das redes;

- Consolidar o processo de alargamento para a REDSAN-CPLP com a inclusão das redes de Brasil, Timor-Leste e Portugal, apoiando os pontos focais nesses países no processo de constituição/reforço de grupos de trabalho nacionais;
- Intensificar os processos de troca de experiências e construção de capacidades entre países – tanto em termos técnicos como organizacionais – aproveitando o histórico de mobilização das redes nacionais mais consolidadas;
- Reforçar a participação das organizações camponesas dos vários países nas redes multi-temáticas e prosseguir discussões tendo em vista a consolidação de uma plataforma de organizações de agricultores e trabalhadores rurais na CPLP;
- Reforçar a participação nos processos de diálogo a nível global, designadamente no Mecanismo da Sociedade Civil do CFS (CSM/CFS);
- Encontrar alternativas para o financiamento das actividades nacionais, regionais e globais das redes.

3.2 Estratégia de SAN da CPLP e Alargamento da REDSAN-PALOP

Em 2011 a CPLP tomou a decisão de avançar com a formulação de uma Estratégia Regional de SAN (ESAN-CPLP). A formulação desta estratégia foi coordenada pelo Secretariado Executivo da CPLP e contou com o apoio da FAO. A estratégia foi apresentada na 37ª Sessão do Comité Mundial de Segurança Alimentar (CFS), realizada em Roma em 2011. A estratégia da CPLP foi desenhada tendo em atenção a perspectiva do Direito à Alimentação e assumindo como missão reforçar a coordenação entre os Estados-membros e a governança das políticas e programas sectoriais com impacto na SAN, visando erradicar a fome e a pobreza nos países da Comunidade.

A REDSAN-PALOP participou activamente na mobilização e advocacia junto dos governos nacionais e ao nível regional face à abertura e incentivo manifestados para o efeito pelo Secretariado Executivo da CPLP e pela FAO.

A Estratégia elaborada inclui recomendações da sociedade civil relativamente à incorporação do direito humano à alimentação, participação da sociedade civil através de redes multi-temáticas para a SAN e eixos estratégicos de intervenção com prioridade para o aumento da disponibilidade de alimentos com base na agricultura familiar²⁸.

Durante o primeiro semestre de 2012 decorrerá a fase de detalhamento dos planos de acção e a estruturação dos órgãos de governança da estratégia, em particular o Conselho Regional de SAN da CPLP, órgão inter-ministerial de assessoria à Cimeira de Chefes de Estado da CPLP.



Secretário Executivo da CPLP recebe contributos da REDSAN-PALOP para a estratégia regional de SAN.

²⁸ Contribuições da REDSAN-PALOP para a estratégia de SAN da CPLP disponíveis em www.redsan-cplp.org.

A REDSAN-PALOP está altamente empenhada em continuar a contribuir para a necessária discussão política envolvendo os seus parceiros a nível nacional, tendo o próprio Secretário Executivo da CPLP reconhecido a importante contribuição desta rede²⁹. Prevê-se que os planos de intervenção sejam ratificados em Julho de 2012 durante a Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP que terá lugar em Maputo, Moçambique.

Em face deste contexto, todos os parceiros têm considerado importante que a atuação da REDSAN-PALOP no nível regional seja ampliada para incluir também Brasil, Portugal e Timor Leste, num processo que se pretende que venha a dar lugar à REDSAN-CPLP.

Este processo foi reconhecido como fundamental pela própria CPLP durante a audiência que o Secretário Executivo, Domingos Simões Pereira, manteve com a REDSAN-PALOP em Outubro de 2011 em Lisboa. Nessa altura realizou-se em Lisboa a IV Reunião da REDSAN-PALOP, facilitada pela ACTUAR. Nesta oportunidade, a ACTUAR mobilizou organizações de Portugal e Brasil no sentido de discutir com as demais redes dos PALOP o processo de alargamento da rede regional para o espaço da CPLP. A ACTUAR está igualmente a reforçar os contactos com organizações de Timor-Leste para o mesmo efeito.



Parceiros da REDSAN-PALOP reunidos em audiência com Secretário Executivo da CPLP em Outubro.

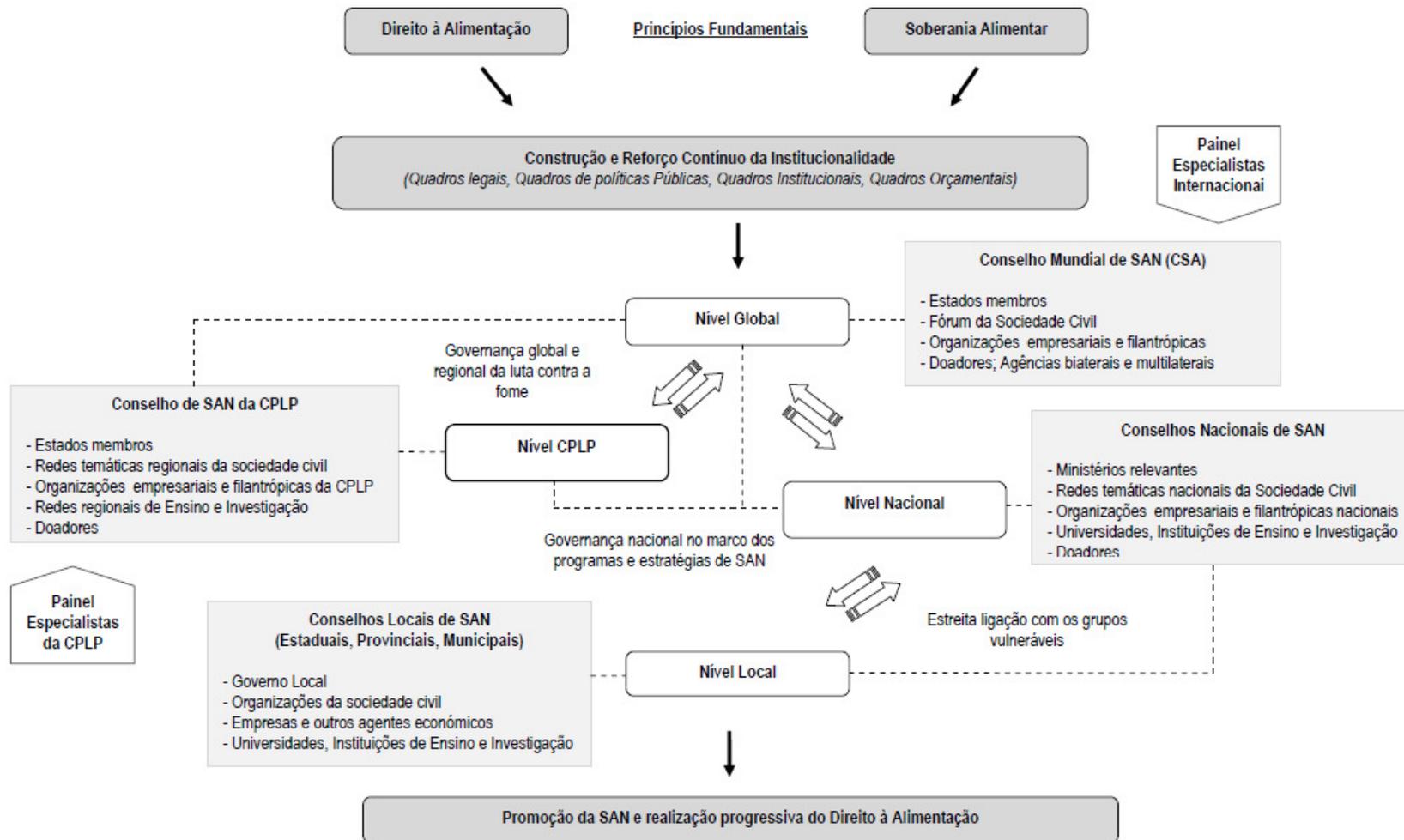
Em Novembro de 2011 realizou-se na cidade de Salvador, Brasil, a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil. A convite do Conselho Nacional de SAN do Brasil (CONSEA), a ACTUAR facilitou a participação de uma delegação da REDSAN-PALOP nessa conferência, na qualidade de observador internacional. Aproveitando a oportunidade, organizou-se uma reunião entre a REDSAN-PALOP e o FBSSAN durante a qual se aprofundaram os passos para a constituição da REDSAN-CPLP e seu lançamento em paralelo com a próxima Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que decorrerá em Maputo em Julho de 2012.

A estratégia da CPLP reconhece a intersectorialidade como princípio importante a considerar em todos os órgãos de governança, com participação de vários actores e máxima prioridade para este tema. A Estratégia prevê igualmente a construção e reforço da institucionalidade como forma de melhorar a coordenação, coerência e alinhamentos das políticas nos seus diferentes níveis (local, nacional, regional, global), com base numa perspectiva multi-actor e multi-territorial (Ver Esquema 1). Tendo em conta este contexto, é fundamental a participação da sociedade civil de forma activa na implementação desta estratégia, designadamente através das diferentes redes multi-temáticas como a REDSAN-CPLP³⁰.

²⁹ Secretário Executivo da CPLP reconhece o contributo da REDSAN-PALOP. Ver notícia em <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=125&PID=6489&M=NewsV2&Action=1&NewsId=1750>.

³⁰ Para além desta rede regional, outras estruturas oriundas da sociedade civil e do sector privado devem ser tidas em conta por parte da CPLP no âmbito da implementação da futura estratégia de SAN, designadamente: REDISA-CPLP; Rede CPLP Ambiente e Território; Rede Saúde CPLP; Rede das Plataformas de ONG da CPLP; e Conselho Empresarial da CPLP.

Esquema 1 – Modelo de Governança da Estratégia da CPLP



Fonte: ESAN - CPLP, 2011

Com relação à Estratégia da CPLP e outras áreas de trabalho regionais, a REDSAN-PALOP identificou os seguintes desafios específicos:

- Participar activamente no processo de conclusão da estratégia: elaboração de posição da REDSAN-PALOP relativamente aos estatutos e regimento do Conselho de SAN da CPLP que deverão incluir normas que facilitem a participação da sociedade civil nos processos deliberativos do Conselho, bem como dos planos de acção a desenvolver. Identificar recomendações relativamente aos planos de acção da estratégia.
- Assegurar a participação da sociedade civil nos órgãos de governança da estratégia: reivindicar a efectiva implementação dos órgãos de governança com participação da sociedade civil.
- Acções de lobby junto do ponto focal para a SAN do governo de cada país: influenciar os governos nacionais na definição / proposta de actividades prioritárias dentro dos planos de acção.
- Acções de lobby para a atribuição de recursos financeiros: influenciar os governos nacionais para alocarem orçamento de forma vinculativa e não meramente voluntária;
- Mobilização para Maputo: tendo em vista a participação da sociedade civil junto da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo a decorrer em Moçambique em Julho de 2012 e a importância da ratificação da estratégia pelos Chefes de Estado e de Governo.

IV. LIÇÕES APRENDIDAS

A união de esforços entre diversos actores e a complementaridade proporcionada pela diversidade temática e organizacional abriu novas perspectivas de participação social na definição de políticas nestes países.

Estas redes temáticas têm demonstrado ser um mecanismo importante, tanto em termos de aprofundamento da cidadania e participação social, como de influência política, pois facilitam a abertura dos governos ao diálogo com a sociedade civil e contribuem para a elaboração e (ou) progressos na implementação das estratégias nacionais de SAN.

A metodologia de trabalho em rede constitui uma importante ferramenta de trabalho para articular as reivindicações mais amplas da sociedade civil, mas também da maioria dos grupos vulneráveis, permitindo a discussão com outras partes interessadas, e trazendo as preocupações daqueles que não têm voz para os fóruns nacionais, regionais e internacionais.

Da experiência de mobilização da REDSAN-PALOP a nível nacional e regional emergem algumas **lições aprendidas**:

- ***A construção de redes multi-temáticas da sociedade civil é um processo diferenciado***

A construção de redes temáticas com foco na SAN é um processo cujas características, ritmo e evolução se adaptam e resultam da realidade de cada país. A existência de processos

iniciais que promovam a aproximação e o trabalho conjunto é fundamental para gerar e (ou) fortalecer a confiança (activo mais importante para a cooperação) entre as várias partes. Isto significa que a construção de redes é um processo contínuo e não algo que se institucionalize, “por decreto”. Este processo tem sempre avanços e retrocessos e pode assumir diferentes estágios de consolidação. Ao iniciar o processo em países onde não exista tradição de cooperação entre as organizações da sociedade civil, revelou-se muito positivo favorecer o intercâmbio com organizações e redes de países onde esta metodologia foi sendo um bom exemplo. Os erros ou más experiências anteriores favorecem processos de aprendizagem colectivos e contribuem para uma maior coerência e capacidade de influência das organizações sociais. Os intercâmbios devem ser cuidadosamente selecionados e preparados porque é importante a existência de pontes naturais ao nível cultural, ecossistema e (ou) económico e social.

- ***Diversidade de actores trabalhando para objetivos comuns***

Estas redes são compostas por uma multiplicidade de actores sociais que trabalham questões transversais à SAN (acesso a terra, água e saneamento, saúde, género, educação, biodiversidade, combate à pobreza, acesso ao crédito, etc.) e englobam uma diversidade de organizações (associações, organizações de base comunitária, sindicatos, ONGs, redes, movimentos sociais, etc.) em representação de diferentes grupos vulneráveis (mulheres, povos indígenas, pessoas que vivem com HIV/SIDA, jovens, agricultores, pastores, comunidades piscatórias). A mais-valia destas redes passa pelos seus membros, que representam actores diferenciados e especializados em diferentes áreas relacionadas com a SAN e suas abordagens (como sejam a Soberania Alimentar e a perspectiva do Direito à Alimentação). O apoio das organizações ao funcionamento da rede pode compreender apoio político (sendo membro e subscrevendo as posições públicas); a mobilização de organizações nos vários níveis territoriais, em particular, as representantes das populações e (ou) grupos mais afectados pela insegurança alimentar e apoio financeiro e (ou) técnico. A organização em rede e a subscrição de posições em nome da mesma protegem também os membros da rede de eventuais retaliações políticas (ou) financeiras a nível nacional.

- ***O trabalho em rede reforça a participação cidadã***

Participar significa intervir a todos os níveis das políticas, incluindo a sua formulação, implementação, monitorização e avaliação. A necessidade da participação dá-se pelo próprio carácter “público” de qualquer política de Governo, o que significa que os beneficiários dessa política devem ser envolvidos em todas as suas fases. A principal razão para aumentar os níveis de participação cidadã nas políticas públicas é que a melhoria dos mecanismos democráticos em todas as suas fases contribui de forma significativa para uma maior e melhor distribuição dos recursos públicos, favorecendo assim os grupos mais pobres e mais vulneráveis e aumentando o controlo e gestão popular das políticas. A experiência da REDSAN-PALOP demonstra que para que exista uma participação cidadã mais efectiva nas políticas são necessários, pelo menos, dois ingredientes fundamentais: i) é necessário que a sociedade civil esteja fortalecida e tenha capacidade e qualidade para intervir nas políticas; e ii) é necessário que exista abertura por parte dos governos e mecanismos de promoção da participação popular. Em relação ao primeiro factor, a experiência da REDSAN-PALOP demonstra que a união de esforços entre várias organizações que actuam a diferentes níveis (comunitário, local, nacional) reforça a capacidade de intervenção dos seus representados

(grupos vulneráveis). A participação cidadã emerge, em primeiro lugar, no seio das próprias redes da sociedade civil, as quais adoptam processos democráticos de tomada de decisão (assembleias, fóruns de discussão, grupos de trabalho) e adopção de posições comuns em conformidade com as demandas dos grupos vulneráveis. A capilaridade é uma característica destas redes. O trabalho em rede permite uma maior abrangência territorial, pois consegue trazer pequenas organizações e grupos de cidadãos que estão distanciadas dos centros de decisão para trabalhar em conjunto. Dessa forma consegue-se dar voz aos que têm mais dificuldades em partilhar os seus problemas e propostas. Por outro lado, a própria estrutura da rede permite ultrapassar as fronteiras nacionais para se relacionar a nível regional e internacional com outras organizações. Isso amplia a possibilidade de troca de experiências e partilha de soluções.

Em relação ao segundo factor, a existência de espaços públicos de participação adequados (como são os casos dos Conselhos Nacionais de SAN criados e/ou propostos no quadro das estratégias nacionais) é capaz de promover um maior contacto e interacção entre governo e sociedade civil, levando a que inúmeros sectores sociais excluídos tenham acesso a outras formas de representação. Estes espaços públicos funcionam como ampliação e democratização da gestão do próprio Estado, pois aumentam a transparência e o número de actores envolvidos. Uma participação eficaz nestes espaços é facilitada através do trabalho em rede.

- ***Ligação entre trabalho político e de programas é importante***

Nos países africanos participantes da rede, o trabalho conjunto em programas no terreno permitiu a construção de uma agenda política mais consistente e positiva. Programas de agro-ecologia, pequenas agro-indústrias ou iniciativas relacionadas com o acesso a mercados para os pequenos produtores são exemplos que permitiram encontros regulares entre os actores-chave da sociedade civil, a construção de parcerias formais e informais entre as organizações das redes, gerando "boas práticas". Estas, quando sistematizadas, reforçam a capacidade de reivindicação para políticas públicas mais adequadas. O diálogo com o governo beneficia também dessa ligação, já que é possível mobilizar mais facilmente actores-chave na estrutura de governo quando as discussões se iniciam com base em questões concretas implementadas no terreno.

- ***A articulação em redes nos vários níveis territoriais reforça a efectividade e a eficácia das acções desenvolvidas***

A articulação em redes ligadas nos vários níveis territoriais permite maior coordenação e impacto nas acções de advocacia face à interdependência crescente no sistema agro-alimentar nas áreas relevantes para a SAN (disponibilidade, acesso, consumo, etc.). A participação regular em eventos regionais e internacionais, assim como a circulação de informação entre os vários níveis reforça as capacidades das organizações e da rede como um todo capaz de invocar compromissos internacionais assumidos no nível nacional e levar exemplos e testemunhos locais para as discussões de nível internacional. A construção de plataformas de entendimento e cooperação ao nível internacional é facilitada face à construção de relações de confiança geradas em outros níveis territoriais.

- ***A organização em rede reforça as capacidades da sociedade civil e é coerente com estruturas intersectoriais e multi-actores para a governabilidade da SAN***

A existência de redes multi-temáticas para a SAN reforça a capacidade das próprias organizações participantes pela partilha de conhecimentos e complementaridade na acção, reforça a capacidade de participação qualificada nas discussões com os vários sectores de governo que participam nas estruturas intersectoriais, e abre um maior número de canais de influência a nível do governo e dos parlamentos. O trabalho multi-disciplinar e multi-actor contribui para a conformação de uma visão mais sistémica e uma maior capacidade para negociação de prioridades políticas comuns nos vários níveis territoriais de governança da SAN.

- ***Os processos de construção de redes são flexíveis, mas necessitam de investimentos a vários níveis***

As redes da sociedade civil são flexíveis. O seu formato deve adaptar-se ao contexto de cada país e às prioridades políticas da sociedade civil. As redes ampliam-se e reduzem-se de acordo com as prioridades existentes ao longo do tempo sem que isso seja, por si só, motivo de maior preocupação para os seus membros. A experiência mostra que a sua construção e consolidação exige tempo e recursos apropriados. Por recursos apropriados entende-se uma quantidade mínima de recursos que permita que algumas entidades assumam a sua facilitação e secretariado, assim como a existência de meios para as actividades básicas necessárias em períodos de maior actividade: reuniões entre os membros, publicações, participação em eventos relevantes para a acção política ao nível nacional, regional ou ainda internacional e manutenção de informação que mantenha a memória histórica dos processos. Estes recursos não devem, contudo, instrumentalizar as redes nem gerar uma tendência para a perda de seu carácter flexível ou sua institucionalização com aumento dos respectivos custos fixos e maior dependência de doadores e (ou) governos.

Para concluir, pode dizer-se que a experiência de trabalho da REDSAN-PALOP não tem sido isenta de problemas e de aspectos negativos. Eles existem e derivam da construção de um processo colectivo, com muito poucos recursos, e em países onde uma visão sistémica da SAN está ainda no início.

Acredita-se, contudo, que este trabalho poderá permitir discutir mais amplamente esta experiência e sua valia no quadro da construção progressiva de novas formas de participação social na governança da segurança alimentar e nutricional. A ampliação da REDSAN-PALOP para REDSAN-CPLP com a inclusão das experiências de Brasil, Portugal e Timor-Leste contribuirá, certamente, para dar mais força a este processo.

Referências

- ACTUAR (2008). *“Social Technologies for Urban Agriculture”*. Coimbra: ACTUAR, December 2008. 67 pp.
- ACTUAR (2010). *“Fórum de Políticas Públicas para a Agricultura e Segurança Alimentar”*. São Tomé e Príncipe, 20 a 30 de Setembro de 2010. Relatório de Sistematização”. Coimbra: ACTUAR, Novembro de 2010. 46 pp.
- ACTUAR (2010). *“Integração de uma abordagem de género na gestão de recursos hídricos e fundiários (Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor Leste)”*. Coimbra: ACTUAR e REDSAN-PALOP, Junho de 2010. 34 pp.
- ACTUAR (2010). *“Manual de Segurança Alimentar e Nutricional”*. Coimbra: ACTUAR. Documento preparado para o Atelier de Capacitação realizado em São Tomé e Príncipe de 21 a 24 de Setembro de 2010. 43 pp.
- ACTUAR (2011). *“Iniciativa de Fortalecimento da RESCSAN em São Tomé e Príncipe: Relatório de Actividades”*. Coimbra: ACTUAR, Novembro de 2010. 27 pp.
- ACTUAR (2012). *“Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Context of National Food Security: Key elements to assure good outcome”*. Coimbra: ACTUAR, January 2012. 17 pp.
- ACTUAR (2012). *“Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Context of National Food Security: Interconnections and reciprocity between the right to food and land tenure rights”*. Coimbra: ACTUAR, January 2012. 21 pp.
- ACTUAR/REDSAN-PALOP (2010). *“Conferência CPLP/FAO “Integração de uma Abordagem de Género na Gestão de Recursos Hídricos e Fundiários”*. Lisboa, 2 a 4 de Junho de 2010. Relatório da participação da REDSAN-PALOP”. Coimbra: ACTUAR, Junho de 2010. 26 pp.
- ACTUAR/REDSAN-PALOP (2010). *“National and Regional Food Security and Nutrition Governance: the experience from Portuguese-speaking African countries (PALOP)”*. Position Paper presented at the Side Event “Multi-Stakeholders Participation in the CFS Building Institutions for National and Regional Food Security and Nutrition Governance”. FAO Regional Conference for Africa. Luanda, Angola, 5th May, 2010.
- ACTUAR/REDSAN-PALOP (2011). *“Estudo sobre a Volatilidade dos Preços dos Alimentos nos PALOP”*. Coimbra: ACTUAR, Dezembro de 2011.
- ACTUAR/REDSAN-PALOP (2011). *“IV Reunião da Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar nos PALOP (REDSAN-PALOP)”*. Lisboa, Portugal, 04-08 Outubro de 2011. Relatório de Actividades e Conclusões. 22 pp.
- ACTUAR/REDSAN-PALOP (2011). *“Recomendações e Propostas de Acção da REDSAN-PALOP para a implementação da Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP”*. Coimbra: ACTUAR e REDSAN-PALOP, Outubro de 2011. 8 pp.
- FAO (2006). *“Fome Zero: Lições Principais”*. Santiago, Chile: Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe. 14 pp.
- FBSSAN (2009). *“Carta Política do VI Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional”*. Salvador, Bahia, 27-29 de Maio.
- IEH (2011). *“O caminho da governança da segurança alimentar e nutricional: a experiência de Angola”*. Madrid: Instituto de Estudios del Hambre. Janeiro 2011. 51 pp.
- IFSN (2007). *“Seminário Internacional: Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural”*: Documento de Síntese. Lubango, Angola, 12 a 14 de Junho de 2007. Relatório IFSN/ActionAid. 49 pp.
- IFSN (2007). *“Sistematização das Actividades da Delegação da Sociedade Civil dos PALOP à III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil”*. Fortaleza, Brasil, 02 a 07 de Julho de 2007. Relatório IFSN/ActionAid. 41 pp.

- IFSN (2008). *"II Reunião da Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar nos PALOP (REDSAN-PALOP)"*. Olinda, Brasil, 21 de Março de 2008. Relatório de Actividades e Conclusões. Relatório IFSN/ActionAid. 27 pp.
- MALUF, R., MENEZES, F. e VALENTE, F. L. (1996). *"Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil"*. Revista Cadernos de Debate, Vol. IV. Campinas: Nepa/UNICAMP, 1996. pp. 66-88.
- PINTO, João N. (2008). *"Sociedade Civil e Segurança Alimentar nos PALOP: Desafios da Articulação em Rede"*. Rio de Janeiro: International Food Security Network. IFSN Working Paper Nº 1. 49 pp.
- PINTO, João N. (2011). *"Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP. Diagnóstico de Base"*. Roma: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. 57 pp.
- REDSAN-PALOP (2010). *"III Reunião da Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar nos PALOP (REDSAN-PALOP)"*. Coimbra, Portugal, 05-06 de Junho de 2010. Relatório de Actividades e Conclusões. 10 pp.
- RESCSAN (2010). *"Contribuição da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional (RESCSAN) para uma futura Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em São Tomé e Príncipe"*. São Tomé, Setembro de 2010. 11 pp.
- ROSA (2005). *"Percepção das instituições, ONG/Associações quanto à formação da ROSA"*. IFSN, Março 2005.

ANEXOS

CONTACTOS REDSAN-PALOP

| Rede Nacional | Secretariado | Ponto Focal |
|--|---|--|
| Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar e Nutricional (ANGOLA) | ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente E-mail: info@adra-angola.org Telf: +244 222-39 66 83 URL: www.adra-angola.org | Belarmino Jelembi belarmino.jelembi@adra-angola.org |
| PONG's – Plataforma das ONGs de Cabo Verde (CABO VERDE) | PONG's – Plataforma de ONGs de Cabo Verde E-mail: platongs@cvtelecom.cv Telf: +238 2617843 URL: www.platongs.org.cv | Aguinaldo David davidaguinaldo@yahoo.com.br |
| RESSAN-GB – Rede para a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (GUINÉ-BISSAU) | Em reestruturação | Em reestruturação |
| RESCSAN-STP – Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE) | ADAPPA – Acção para o Desenvolvimento Agro-Pecuário e Protecção do Ambiente E-mail: adappa@cstome.net Telf: +239 2221971 | Celso Garrido pdsa.stp@gmail.com |
| ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar (MOÇAMBIQUE) | MuGeDe – Mulher, Género e Ambiente E-mail: secretariado@rosa.org.mz URL: www.rosa.org.mz | Saquina Mucavele mugede@gmail.com |
| Secretariado | ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento E-mail: actuar.geral@gmail.com Telf: +351 961585638 URL: www.actuar-acd.org | João Pinto joao.pinto@actuar-acd.org Élia Henriques elia.henriques@actuar-acd.org |

LISTA ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS DAS REDES NACIONAIS

CABO VERDE

ADAD - Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento
ADECO - Defesa do Consumidor
ADIRV - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Rui Vaz
ADP
AFADIF - Associação de Filhos e Amigos para Desenvolvimento Integral de Figueiral
África 70
AGRI – Várzea Nova
AGRO – Trave
AGRO-Ricabom
AMA – Fajã
AMIRIBEIRÃO
AMIVALE
ASAS
ASDIS – Associação das Associações de Solidariedade para o Desenvolvimento das Ilhas de Cabo Verde
Associação Nova Geração de Pescadores de S. Pedro
Associação Agricultores e Criadores de Colonato
Associação AGRO Serelho
Associação Agro-Pecuária do Calhau
Associação Amigos do Calhau
Associação Armador, Pescador e Peixeiras do cais da Praia
Associação Comunitária Novos Amigos
Associação Comunitária para Desenvolvimento de Achada Baleia
Associação Comunitária para Desenvolvimento de Baía
Associação Comunitária para Desenvolvimento Integrado de João Garrido
Associação de Agricultores e Criadores em Defesa da Biodiversidade
Associação dos Agricultores da Casa de Meio
Associação dos Agricultores de Tamareira
Associação dos Agricultores e Criadores de Gado de Ribeireta
Associação dos Agricultores Ribeira dos Picos
Associação dos Agricultores, Pecuários e Avicultores de Cidade Velha
Associação dos Amigos da Natureza
Associação dos Pescadores e Peixeiras de Calheta – S. Miguel
Associação Juntos para o Desenvolvimento da Comunidade de Achada Furna
Associação para Desenvolvimento Comunitário de Arribada/Japluma
Associação para Desenvolvimento Integrado da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento
Associação Para o Desenvolvimento de Vale da Custa
Associação Pescadores da Ilha do Maio
Associação Pescadores de Praia Baixo
Associação Pescadores de Salamansa
Associação Unidos para Desenvolvimento de Tinca
Associação Unidos para Desenvolvimento Integral de Moia-Móia
Cáritas Caboverdeana
Citi-Habitat
FEDER-ÓRGÃOS
Fundação “Padre Luiz Allaz”
OADISA - Organização das Associações de Desenvolvimento Integrado de Santo Antão
OAF - Organização das Associações da Ilha do Fogo

OÁSIS
OAZA
OMCV - Organização das Mulheres de Cabo Verde
PRODECO - Defesa consumidor
Rede Mulheres Parlamentares Cabo Verde
Rede Parlamentares P/Ambiente e Luta Contra a Desertificação e pobreza
ROPA-CV
Soldifogo

ANGOLA

ADECOR – Associação de Defesa do Consumidor
ADPP – Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo
ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AAS
ANA - Huíla
ANAMILA
ASBC – Kwanza Sul
CDPA – Centro para o Desenvolvimento e Parcerias de Angola
CIC - Conselho Interhospitalario de Cooperação
Consórcio Terra da Huíla
Cruz Vermelha Angola
Development Workshop - DW
Fundação CEAR (Benguela)
FUNDAÇÃO CODESPA
GTZ
Handicap internacional (Huambo)
IACU-INACAD - Instituto de Apoio as Crianças Vulneráveis
Open Society Foundation
OXFAM (Benguela)
Plataforma Mulheres em Acção
PROMAICA – Promoção da Mulher Angola na Igreja Católica
Rede de Organizações Sociedade Civil do Cacucaco
Rede de Segurança Alimentar Malange
Rede Educação para Todos
Rede Miombo
Rede SIDA/ANASO
Rede Terra
Trocaire
UCAN – Universidade Católica de Angola

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

ADAPPA - Acção para o Desenvolvimento Agro-Pecuário e Protecção do Ambiente
A.S.C. PLIVINI - Agente Saúde Comunitária Plivini
AAA - Associação Auxílio e Amizade
ADABER - Associação de Defesa do Ambiente e de Desenvolvimento Rural
ADEP - Associação para Desenvolvimento da Pecuária
ADRA-STP - Adventist Development and Relief Agency
AESTP - Associação dos Escuteiros de São Tomé e Príncipe
AJEIE - Associação dos Jovens Empresários e com Iniciativa Empresarial
AJUM
ALISEI
AMBM - Associação de Moradores de Boa-Morte
AMI - Assistência Médica Internacional
APABDB - Associação dos Pequenos Agricultores de Botelo, Desejada e Boa Entrada
Associação Côtó

CAS - Clube Amigos da Sara
CJM - Cooperativa Josina Machel
FCJ - Fundação da Criança e da Juventude
FENAPA - Federação Nacional das Associações de Pequenos Agricultores
FoMS - Fórum Mulher Santomense
FONG - Federação das ONG de São Tomé e Príncipe
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr
Instituto KITÊMBÚ
MARAPA - Mar Ambiente e Pesca Artesanal
OSDH - Organização Santomenese dos Direitos Humanos
Santa Casa da Misericórdia
STEP-UP
ZATONA ADIL
ZOOVET

MOÇAMBIQUE

ABIODES - Associação para a Agricultura Biológica Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável
ACORD
ActionAid Mozambique
ACUDES - Associação Cultural para o Desenvolvimento Sustentável (Inhambane)
ADS (Sofala)
ATAP - Associação de Técnicos Agro-Pecuários
CADER (Nampula)
CMA
CONCERN
FONGA – Fórum de OGS Nacionais de Gaza (Gaza)
FOPROI - Fórum das Organizações Não Governamentais da Província de Inhambane
FORUM TERRA (Cabo Delgado)
Kubatsirana – Associação Ecuménica Cristã (Manica)
Kulima - Organismo para o Desenvolvimento Sócio-Económico Sustentável
LDH – Liga dos Direitos Humanos
MuGeDe - Mulher, Género e Desenvolvimento
NAFET - Núcleo das Associações Femininas de Tete
NEPA
ORAM - Associação Rural de Ajuda Mútua
PROAGRI e ORAM (Niassa)
RADEZA - Rede de Organizações Para o Ambiente e Desenvolvimento Comunitário Sustentável da Zambézia
UNAC – União Nacional dos Camponeses de Moçambique